



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Rio Grande

Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem

Rio Grande, junho de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Rio Grande

COMPOSIÇÃO GESTORA DO IFRS

Júlio Xandro Heck, Reitor
Lucas Coradini, Pró-Reitor de Ensino
Marlova Benedetti, Pró-Reitora de Extensão
Eduardo Giroto, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Tatiana Weber, Pró-Reitora de Administração
Amilton de Moura Figueiredo, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

EQUIPE DE GESTÃO DO CAMPUS RIO GRANDE

Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor Geral
Franciane de Lima Coimbra, Diretora de Ensino
Carlos Fernandes Júnior, Chefe do Departamento de Ensino
Gislaine Leite, Diretora de Extensão
Cleiton Pons Ferreira, Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Walter Fernando Souza Ferreira, Diretor de Administração
Liziane Garcia Torchelsen, Diretora de Desenvolvimento Institucional

NOMINATA DE REVISÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Carla Godinho Duarte, Coordenadora e Professora do curso Técnico em Enfermagem
Eliana Cardia de Pinho, Professora do curso Técnico em Enfermagem
Marise Xavier Gonçalves, Professora do curso Técnico em Enfermagem
Roberta Antunes Machado, Professora do curso Técnico em Enfermagem
Vanessa Franco de Carvalho, Professora do curso Técnico em Enfermagem
Carla Luciane dos Santos Borges, Professora do curso Técnico em Enfermagem
Lúcia Helena Borges Barbosa, Representante do NEABI
Marcela Wanglon Richter, Representante do NEPGS
Luiz Eduardo Nobre dos Santos, Representante do NAPNE
Aline Simões Menezes, Representante da Assistência Estudantil
Maristela de Godoy, Coordenadora do NAPNE
Cíntia Faria Teixeira, Representante da CORE
Aliana Anghinoni Cardoso, Pedagoga
Carina Nogueira de Jesus, Pedagoga
Caroline da Silva Ança, Pedagoga

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	05
2. APRESENTAÇÃO	06
3. HISTÓRICO	06
4. CARACTERIZAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	08
5. JUSTIFICATIVA	11
6. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	12
6.1 Objetivo Geral	13
6.2 Objetivos Específicos	13
6.3 Perfil do Curso	13
6.4 Perfil do Egresso	13
6.5 Diretrizes e Atos Oficiais	14
6.6 Formas de Ingresso	15
6.7 Princípios Pedagógicos e Filosóficos do Curso	15
6.8 Representação Gráfica do Perfil de Formação	17
6.9 Organização Curricular do Curso	17
6.9.1 Matriz Curricular	19
6.10 Programas por Componentes Curriculares	22
6.11 Estágio Supervisionado	39
6.12 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem	40
6.12.1 Da Recuperação Paralela	43
6.13 Critérios de Aproveitamento de Estudos	44
6.14 Critérios para Certificação de Conhecimentos	44
6.15 Metodologia de Ensino	45
6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	45
6.17 Acompanhamento Pedagógico	47
6.18 Articulação entre o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	49
6.19 Colegiado do Curso	51
6.20 Quadro Pessoal	51
6.20.1 Corpo Docente	52
6.20.2 Corpo Técnico-Administrativo	54
6.21 Certificados e Diplomas	54
6.22 Infraestrutura	54
7. CASOS OMISSOS	60
REFERÊNCIAS	60

ANEXOS	62
Anexo I – Regulamento de Utilização do Laboratório de Enfermagem	63
Anexo II – Regulamento dos Estágios Curriculares Obrigatórios	67
Anexo III – Quadro de Modificação do PPC	75
Anexo IV – Plano de Trabalho para o Atendimento aos Estudantes em Curso - previsão da adaptação curricular para os casos de alteração na matriz curricular	79

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Denominação do curso: Curso Técnico em Enfermagem

1.2 Forma de oferta do curso: Subsequente

1.3 Modalidade: Presencial

1.4 Habilitação: Técnico em Enfermagem

1.5 Local de oferta: IFRS - *Campus* Rio Grande

1.6 Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

1.7 Turno de funcionamento: Tarde

1.8 Número de vagas: 20

1.9 Periodicidade de oferta: Anual

1.10 Carga horária total: 1.605 horas

1.11 Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

1.12 Tempo de integralização: 4 semestres

1.13 Tempo máximo de integralização: 8 semestres

1.14 Ato de autorização: Ofício nº 1456/DDI/SEMTEC/MEC; Resolução nº 18/2013 do Conselho de *Campus* do IFRS – *Campus* Rio Grande.

1.15 COREN: Conselho Regional de Enfermagem – Órgão de Registro Profissional

1.16 Diretora de Ensino: Franciane de Lima Coimbra; den@riogrande.ifrs.edu.br; (53) 3233.8609

1.17 Coordenação do Curso: Carla Godinho Duarte; carla.duarte@riogrande.ifrs.edu.br; (53) 3233.8744

2. APRESENTAÇÃO

O Curso Técnico em Enfermagem ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *Campus* Rio Grande tem como meta a formação de profissionais capacitados para atender o indivíduo, a família e a comunidade em todos os níveis referentes à saúde: promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. O egresso, denominado “Técnico em Enfermagem”, atua dentro da equipe de saúde multiprofissional, tendo suas atividades embasadas em legislação específica (BRASIL, 1986; BRASIL, 1987) e sob supervisão direta do Enfermeiro.

Ao longo do curso, são realizadas atividades técnicas de complexidade crescente e estágios que acontecem de forma concomitante às etapas teóricas do curso, o que oportuniza que sua formação prime pelo desenvolvimento da capacidade de relacionar teoria e prática compreendendo, assim, a relação de complementaridade que mantêm entre si, possibilitado ao discente a vivência em diferentes cenários que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de experimentar a prática profissional.

A enfermagem é a maior categoria profissional do campo da saúde no Brasil, é uma profissão que está presente em todos os municípios brasileiros e em todos os serviços de saúde inseridos no SUS. Sendo assim, constata-se a importância social que o profissional técnico em enfermagem possui para a construção de um sistema de saúde de qualidade, resolutivo, integral e universal a toda a população que se encontra em solo brasileiro.

Nesse sentido, podemos destacar que os discentes do curso técnico em enfermagem possuem a oportunidade de ter uma qualificação não só profissional, mas também enquanto cidadãos conhecendo seus direitos e deveres. Estão inseridos, desde o início do curso no SUS, por meio da realização dos estágios curriculares, das atividades e eventos promovidos em parceria com os serviços da Secretaria do Município da Saúde e dos hospitais do município que compõem os espaços de estágios curriculares dos discentes, possibilitando que se sintam atores sociais ativos na qualificação desse sistema de saúde tão jovem, porém promissor.

3. HISTÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado pelos dispositivos da Lei 11.892/2008 que, além de criar os Institutos Federais, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com reitoria na cidade de

Bento Gonçalves, o IFRS é uma instituição de educação superior, básica e profissional, caracterizada também pela sua organização multicampi (IFRS - PDI, 2018).

Em sua criação, o IFRS foi estruturado a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, foram incorporados ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, da Universidade Federal do Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá, e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Em 2015, passaram a fazer parte do IFRS os *Campi* de Rolante, Alvorada, Viamão, Vacaria e Veranópolis.

O atual *Campus* Rio Grande originou-se do antigo Colégio Técnico Industrial (CTI), criado em 1964 junto à Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, uma das instituições que deu origem à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Originalmente eram oferecidos os cursos de Refrigeração e Eletrotécnica, em funcionamento até os dias atuais. Posteriormente, em 1986, foi criado o curso técnico em Processamento de Dados. Em 1994, na ocasião do Jubileu de Prata da FURG, foi dado o nome "Professor Mário Alquati" ao Colégio Técnico Industrial, em homenagem a esse docente que foi um de seus idealizadores e que ocupou o cargo de diretor durante oito anos.

A implantação da Reforma da Educação Profissional iniciada em 1998 separou o Ensino Médio da Educação Profissional e criou a modalidade subsequente. A partir dessa reforma, nos anos 2000, foram criados os cursos técnicos em Enfermagem e em Geomática, na modalidade subsequente, com vistas a atender às novas demandas que se apresentavam. Dando continuidade à Reforma e atendendo as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, em 2001 foram implantados os novos cursos subsequentes ao ensino médio, estruturados em módulos, e o Ensino Médio passou a ser oferecido de forma independente do técnico.

Em 2007, após nova alteração da legislação, o CTI voltou a oferecer cursos integrados ao Ensino Médio, e abriu a primeira turma de ensino integrado da modalidade Educação de Jovens e Adultos, atendendo ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da FURG aprovou em 2008 os primeiros cursos superiores a serem ofertados pelo CTI: o precursor entre eles, aprovado em maio, foi o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, oferecido até hoje pelo IFRS – *Campus* Rio Grande; o Curso Superior de Tecnologia em Refrigeração e Climatização, aprovado no mesmo ano, foi ofertado até 2014; em agosto de 2008, o curso de Tecnologia em

Eficiência Energética em Edificações, hoje renomeado Tecnologia em Construção de Edifícios, foi aprovado pela FURG e segue sendo ofertado pelo *Campus* Rio Grande.

Em 29 de dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o CTI foi integrado ao IFRS, como *Campus* Rio Grande. A nova institucionalidade do antigo CTI possibilitou uma grande expansão, e a consequente criação de novos cursos. Em sintonia com a alteração do arranjo produtivo local em função da implantação do Polo Naval, em 2010 passou a ser ofertado o curso Técnico em Automação Industrial, com ênfase em Instrumentação Industrial, uma das maiores demandas do novo setor.

Ainda nesse mesmo ano, entrou em funcionamento o primeiro curso de Licenciatura do *Campus* Rio Grande, em Educação Profissional e Tecnológica, visando a suprir uma antiga demanda de preparação de docentes para atuação em cursos técnicos, em especial, na Rede Federal. Em 2011, passou a ser ofertado o curso de Fabricação Mecânica, com ênfase em processos de soldagem, também demanda do Polo Naval. Em 2015, o curso Bacharelado em Engenharia Mecânica, planejado com base nos Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais (BRASIL, 2008), foi aprovado no *Campus* Rio Grande com o intuito de atender a perspectiva de crescimento econômico prevista para a cidade do Rio Grande naquele momento.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS RIO GRANDE

O *Campus* Rio Grande do IFRS está localizado na cidade do Rio Grande, extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Hoje, com população aproximada de duzentos e sete mil oitocentos e sessenta habitantes, Rio Grande tem sua terra e sua história banhadas pelas águas do mar e da Lagoa dos Patos. O próprio surgimento da cidade, datado de 19 de fevereiro de 1737, está relacionado à proximidade com as águas, pois sua localização era considerada estratégica pela coroa Portuguesa devido ao fácil acesso marítimo que criava um vasto leque de possibilidades aos portugueses: entreposto de apoio à Colônia do Sacramento; escoamento das riquezas geradas na região; certa segurança frente à sempre possível invasão espanhola.

A partir do exposto, entende-se que a fundação da cidade do Rio Grande esteve diretamente relacionada ao atendimento dos interesses políticos, econômicos e principalmente militares da Coroa Portuguesa, interesses militares esses evidentes pelo fato de que seu processo de povoamento foi iniciado a partir da construção de um forte, o “Jesus, Maria, José”. A partir daí a cidade do Rio Grande passou a seguir a lógica do modelo colonial brasileiro, caracterizado pelo cenário da estagnação e a precária situação

socioeconômica. Somente entre o final do século XVIII e início do XIX, já elevada à categoria de Vila do Rio Grande de São Pedro, a região tornou-se o principal centro comercial da Capitania. Nesse ínterim, novamente as águas do mar, através do Porto, determinaram e condicionaram o crescimento socioeconômico e a modernização urbana do futuro município (QUEIROZ, 1987).

No século XX, quando o porto marítimo do Rio Grande abarcava prioritariamente o escoamento da estrutura comercial e industrial do próprio município, a região tornou-se preferencial para a instalação de novas indústrias. Consequência disso, a partir da metade desse século, além da intensa atividade portuária, a cidade contava com um parque fabril do qual se podem destacar empresas como: Ipiranga S.A., a fábrica de charutos Pooch & Cia., Swift do Brasil S.A., Cia. União Fabril S.A., Cia. Fiação e Tecelagem, etc., além de inúmeros estaleiros navais. Sobre esse assunto, destaque necessário precisa ser dado à intensa atividade industrial pesqueira.

A cidade, considerada patrimônio histórico, também se destaca por seus prédios, que denunciam traços da colonização portuguesa. Nesse sentido, avultam-se a Catedral de São Pedro (templo mais antigo do Rio Grande do Sul), a Biblioteca Rio-Grandense (uma das maiores do Brasil), o Mercado Público e o Prédio da Alfândega. Está em Rio Grande, também, o maior Museu Oceanográfico da América Latina e o clube de futebol mais antigo do Brasil (Sport Club Rio Grande, fundado em 19 de julho de 1900).

No que diz respeito ao sistema municipal de ensino, Rio Grande possui cento e trinta e cinco escolas de educação básica, sendo trinta e duas estaduais; setenta e sete municipais; e vinte e seis privadas. No ensino superior, figura a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), uma das grandes universidades públicas do estado, que atualmente oferece mais de 120 cursos entre graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Assim, compreender e caracterizar o *Campus* Rio Grande do IFRS implica remeter à história da criação da FURG e do antigo Colégio Técnico Industrial. Desde 1951, havia interesse na criação de uma escola de nível superior no Rio Grande, tendo sido esta a pauta de inúmeras reuniões feitas por profissionais ligados aos setores industrial e comercial. A justificativa para tanto estava justamente na carência de trabalhadores para o novo contexto industrial rio-grandino. Em tais discussões, o Eng. Francisco Martins Bastos, argumentando questões ligadas à praticidade e rapidez de resultados, defendeu a criação de uma instituição de nível técnico ao invés de um curso superior de Engenharia (MAGALHÃES, 1997). Desse movimento, resultou a criação da Escola de Engenharia Industrial, que originaria a FURG e, em 1964, a fundação do Colégio Técnico, mais tarde denominado Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati (CTI-FURG).

Desde então, o Colégio Técnico Industrial tornou-se referência na cidade do Rio Grande e, atualmente, como um dos *Campus* do IFRS, vem atuando na Educação Profissional há mais de 50 anos. Como dito anteriormente, a instituição foi acompanhando o desenvolvimento da cidade e, mesmo em meio a tantas mudanças (sociais, culturais, políticas, educacionais), conseguiu responder às demandas de cada época, inclusive com a criação de cursos que não estão ligados diretamente à área industrial.

Atualmente, os cursos ofertados pelo IFRS - *Campus* Rio Grande são de diferentes níveis, a saber:

I. Educação Profissional de Nível Médio:

Cursos de Ensino Técnico Integrados ao Ensino Médio:

- Curso Técnico em Automação Industrial;
- Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Curso Técnico em Fabricação Mecânica;
- Curso Técnico em Geoprocessamento;
- Curso Técnico em Informática para Internet; e
- Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

Curso Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Curso Técnico em Automação Industrial;
- Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Curso Técnico em Enfermagem;
- Curso Técnico em Fabricação Mecânica;
- Curso Técnico em Geoprocessamento; e
- Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

II. Educação Profissional de Nível Superior:

- Bacharelado em Engenharia Mecânica.
- Programa Especial de Formação Pedagógica para a Educação Profissional;
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; e
- Tecnologia em Construção de Edifícios.

5. JUSTIFICATIVA

Em março de 2000, para atender a demanda por cursos técnicos na área da saúde, o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati (CTI), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi pioneiro na cidade em criar o Curso Técnico em Enfermagem, reconhecido em 27 de maio de 2003, por meio da Portaria nº 17, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), em regime pós-médio, atendendo a legislação pertinente à Enfermagem: Lei n.º 7.498/86, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências e no Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987, que regulamenta a referida lei. Essa lei define as categorias profissionais: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiro, citando-os como os únicos profissionais habilitados para atender a população, na área de Enfermagem. Em relação ao Técnico em Enfermagem, a Lei acima citada define, no artigo 10º, inciso 1, letra b (BRASIL, 1986):

O Técnico de Enfermagem tem como atribuição assistir o Enfermeiro no planejamento, programação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem, na prestação de cuidados diretos de Enfermagem a pacientes em estado grave, na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de Vigilância Epidemiológica, na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar, na prevenção e controle de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde.

No final do ano 2008, o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati foi desvinculado da FURG e incorporado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por força da Lei nº 11.892 de 29/12/2008. O curso forma Técnicos em Enfermagem capacitados a integrar as equipes de saúde e, sob a supervisão do enfermeiro, desenvolver ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, atividades estas relacionadas às necessidades de saúde individuais e coletivas, obedecidos os níveis de conhecimento e de complexidade dessas ações.

O mundo do trabalho está em constante evolução e o setor saúde acompanha essa transformação e crescimento, pois precisa estar preparado para atender as necessidades contidas nos processos saúde e doença vivenciados pela população, desde o manejo com doenças pré-existentes, novas patologias, ou acometimento por endemias/pandemias. Nesse contexto, verifica-se a importância da instituição no processo formativo do técnico em enfermagem, com forte aliança entre os conhecimentos práticos e teóricos. Esta categoria profissional que presta cuidados em vários cenários soma atualmente 1.330.447 trabalhadores no Brasil e 90.992 no Rio Grande do Sul (COFEN 05/2020).

Configuram-se como espaços de atuação profissional, no município, dois hospitais gerais de grande porte e a rede de serviços em saúde coletiva, que servem, igualmente, como campos de estágio para os diferentes cursos da área da saúde ofertados pelo município.

Um dos hospitais é o Complexo Hospitalar da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande (ACSCRG), composto pelo: hospital geral, que oferece à comunidade e região atendimento nas áreas de clínica médica, clínica cirúrgica, materno-infantil, urgência e emergência, serviço de hemodiálise, exames laboratoriais e de imagem, serviço ambulatorial; hospital de cardiologia que presta assistência médica e cirúrgica de alta complexidade, urgência e emergência cardiológica; serviço de atendimento em oncologia; banco de sangue; e hospital psiquiátrico. É hospital de ensino e atende usuários do SUS, conveniados e particulares.

O outro é o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU), atualmente gerenciado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Presta serviços à comunidade do Rio Grande e região nas áreas de clínica médica, clínica cirúrgica, materno-infantil, urgência e emergência, exames laboratoriais e de imagem, serviço ambulatorial, e também é referência no atendimento aos portadores de HIV/AIDS no adulto e na criança, e gestação de alto risco.

Na área da Saúde Coletiva, a Secretaria de Município da Saúde conta com unidades básicas de saúde, unidades de Estratégia Saúde da Família, unidades com atendimento 24 horas, centros de atenção psicossocial, serviço de atendimento móvel de urgência, e serviço ambulatorial.

Além dos hospitais e serviços em saúde coletiva, há diversas clínicas particulares e conveniadas que prestam assistência de enfermagem, configurando-se como espaço de atuação do Técnico em Enfermagem.

Diante do cenário descortinado, identifica-se a necessidade de formação de Técnicos em Enfermagem que vá ao encontro das demandas não só municipais, como dos demais espaços de cuidado a saúde. Nesse sentido, o curso Técnico em Enfermagem do IFRS vem formando profissionais qualificados para atuarem nos diferentes serviços de saúde do município, participando ativamente na melhoria da saúde da comunidade.

6. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

- Oportunizar a formação de Técnicos em Enfermagem, qualificados a atuar nos serviços da saúde, em consonância com o Sistema Único de Saúde, considerando a indissociabilidade

entre educação e prática social, bem como a integração entre a educação profissional, as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia.

6.2 Objetivos Específicos

- Propiciar conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam uma assistência de enfermagem qualificada para atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença, respeitando os princípios éticos e legais que regulamentam a profissão.
- Proporcionar condições para realizar a assistência de enfermagem ao ser humano em todos os ciclos da vida, nos diferentes espaços de atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde; e
- Estimular a responsabilidade e o comprometimento do discente com seu processo de aprendizagem e com a assistência de enfermagem.

6.3 Perfil do Curso

O Curso Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, habilita o egresso a desempenhar ações que compõem o fazer do técnico de enfermagem em consonância com as demandas do mundo do trabalho, sem perder de vista a possibilidade de dar continuidade aos estudos no nível superior.

Com essa intenção, o curso está organizado em semestres, composto por componentes curriculares e estruturado através dos Núcleos de Formação Geral e Profissional, conforme prevê a Organização Didática do IFRS. Com a carga horária total de 1.605 horas, 1.170 horas são destinadas ao Núcleo de Formação Profissional, 30 horas reservadas ao Núcleo de Formação Geral; o curso prevê ainda 405 horas destinadas ao estágio supervisionado.

6.4 Perfil do egresso

O Curso Técnico em Enfermagem do IFRS - *Campus* Rio Grande tem como objetivo formar um profissional capaz de relacionar conhecimentos teóricos, práticos e técnicos com vistas a qualificar sua atuação nos serviços de saúde e demais espaços onde as atividades de enfermagem se façam presentes e necessárias, levando em consideração a indissociabilidade entre educação e prática social, e auxiliando na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença.

Para tanto, ao final do curso, o egresso deverá ter desenvolvido conhecimentos, habilidades e atitudes para desempenhar sua atividade profissional nos diferentes espaços de

atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde, respeitando os princípios éticos e legais que regulamentam a profissão.

6.5 Diretrizes e atos oficiais

O Curso Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio, reconhecido em 27 de maio de 2003, por meio da Portaria nº 17, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), foi formulado tendo como base os objetivos da educação nacional expressos na Lei nº 9.394/1996, em especial, aqueles que orientam a oferta da educação profissional articulada com as diferentes dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004.

A organização acadêmica, administrativa e pedagógica do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem tem como base legal:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação

Nacional;

- Lei n.º 7.498/86, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.

- Parecer normativo nº 01/2019 do Conselho Federal de Enfermagem/COFEN.

- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2016);

- Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987.

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;

- Parecer Normativo nº 001/2019. Conselho Federal de Enfermagem, solicita carga horária mínima igualitária para estágios de cursos técnicos de enfermagem para todos os estados da federação;

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e dá outras providências;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;
- Resolução CNE/CEB nº 01/2014;
- Resolução CNE/CEB nº 06/2012;
- Organização Didática do IFRS, conforme Resolução do Conselho Superior nº 46, de 08/2017;
- Regimento Geral do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme as resoluções nº 64/2010 e 79/2013;
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 84, de 11 de dezembro de 2018; e
- Instrução Normativa nº 001/2020 PROEX/PROEN/DGP IFRS, que regulamenta as diretrizes e procedimentos para organização e realização do estágio supervisionado.

6.6 Formas de Ingresso

O ingresso para o primeiro semestre do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio atende as determinações da Legislação Nacional vigente, bem como a Política de Ingresso Discente e de Ações Afirmativas do IFRS, de acordo com as Resoluções aprovadas no Conselho Superior do IFRS.

Para cada processo seletivo, os critérios específicos do concurso, suas etapas e cronograma de execução serão apresentados em edital, e será dada ampla divulgação do processo nos meios de comunicação locais, regionais e pela Internet. No ato da matrícula, o discente deverá ter concluído o Ensino Médio e atender demais requisitos referenciados no edital.

6.7 Princípios Pedagógicos e Filosóficos do curso

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul apresenta como uma de suas principais finalidades “promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades” (IFRS – PDI, 2018). Em consonância com esses princípios, o Curso Técnico em Enfermagem no contexto de uma instituição federal de educação profissional, busca proporcionar uma formação que promova

os saberes da competência técnica relacionada ao desenvolvimento crítico, ético, humano e emancipatório dos discentes.

Nesse sentido, os três segmentos (docente, discente e técnico- administrativo) fazem do ensinar e do aprender práticas intrínsecas ao cotidiano institucional, e compreendem “que tudo o que ocorre em uma Instituição de Ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados” (IFRS – PPPI), contribuindo para que haja comprometimento de todos os envolvidos com a formação científica, tecnológica e humana dos discentes.

Essa perspectiva torna-se possível, pois o projeto pedagógico do curso Técnico em Enfermagem retrata, desde a concepção do currículo até a redação final do documento, a construção democrática com participação e representação de todos os envolvidos com o processo educativo.

Nessa lógica, o projeto aqui descrito reflete a ação intencional de um grupo compromissado com a educação profissional que se desenha por meio de um trabalho pedagógico que vai além da supervalorização do conhecimento técnico, em que a formação do discente é pensada como formação integral:

Entende-se que essa formação do trabalhador seja capaz de tornar esse cidadão um agente político, para compreender a realidade e ser capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; de pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível. A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem, daí compreender-se que a educação profissional e tecnológica dá-se no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva entende-se como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (DOCUMENTO BASE DOS IFs, p.33)

A proposta pensada e desenvolvida no curso reflete o compromisso definido no documento base de criação dos IF's e assumido, através das diferentes práticas, pelo coletivo de profissionais que se engajam para esse fim. Por isso, além de pedagógico e filosófico, é também um projeto político, no sentido de definir intencionalmente ações educativas que colaborem com a formação do cidadão crítico e atuante na construção de uma sociedade mais justa (VEIGA, 1995).

6.8 Representação Gráfica do Perfil de Formação

O curso Técnico em Enfermagem está estruturado prevendo componentes curriculares teóricos, teórico-práticos e estágios que acontecem ao longo de 4 (quatro) semestres, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e Parecer CNE/CEB nº 11/2012. A carga horária total do curso compreende, como destacado anteriormente, 1.605 horas ou 1.926 horas/aula, destas 1.200 horas ou 1.440 horas/aula destinadas à parte teórico-prática, prevista no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do MEC, e 405 horas ou 486 horas/aula destinadas ao estágio supervisionado, orientado pelo Parecer normativo nº 01/2019 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

A seguir é apresentado o quadro de sequência lógica dos componentes curriculares por semestre:

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
EDUCAÇÃO PARA SAÚDE	ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL	ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E MENTAL
SEMIOTÉCNICA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E MENTAL
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SEMIOTÉCNICA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA	ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
INFORMATIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE		ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

6.9 Organização Curricular do Curso

O primeiro semestre do curso é constituído por 4 (quatro) componentes curriculares, o componente curricular “Educação para Saúde”, que elucida conhecimentos preliminares básicos que dão subsídios para melhor compreensão do corpo humano, da história da enfermagem e aspectos éticos, bem como as noções de administração e biossegurança. O componente curricular “Semiotécnica” propõe o conhecimento das técnicas e procedimentos de enfermagem, que constituem a prática do cuidado. O componente curricular “Estágio Supervisionado em Semiotécnica”, que propicia ao discente a atuação junto aos usuários

adultos em nível hospitalar, prestando os cuidados de enfermagem e, por fim, o componente curricular “Informatização do Trabalho em Saúde”, do núcleo de formação geral, traz os conteúdos de Informática Básica.

O segundo semestre do curso é constituído por 3 (três) componentes curriculares. Abrange os componentes curriculares de “Enfermagem Médico-Cirúrgica” e “Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica” e ambos enfocam o atendimento nas afecções agudas e crônicas, tratamento clínico e cirúrgico, visando a efetivar o tratamento, evitar complicações, manter ao máximo a capacidade funcional e a adaptação às limitações consequentes à doença, promovendo o autocuidado. As ações de Enfermagem poderão ser desenvolvidas no domicílio, serviços de saúde e unidades de referência. O componente curricular “Língua Brasileira de Sinais” aborda conhecimentos da linguagem de sinais.

O terceiro semestre é constituído de 4 (quatro) componentes curriculares: “Enfermagem Materno-Infantil” e “Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil”, cuja proposta está em construir conhecimentos que habilitem o discente para prestar assistência de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher durante o ciclo da vida, nos diferentes sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais possam estar inseridos. E os componentes curriculares “Enfermagem em Saúde Coletiva” e “Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva”, cujo enfoque está em habilitar o discente para atuar nos serviços de saúde em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Atenção Básica. Os estágios poderão ser desenvolvidos nos diferentes serviços de saúde.

O quarto semestre é constituído por 4 (quatro) componentes curriculares. Estão contemplados os componentes curriculares “Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental”, “Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental”, “Enfermagem em Urgência e Emergência” e “Estágio Supervisionado em Enfermagem em Urgência e Emergência”. Ao final desse semestre, o discente tem condições de prestar atendimento de forma integral, ao nível de sua formação e competência legal, aos usuários em unidades de internação de alto risco, participar ativamente das ações em nível de Estratégia Saúde da Família (ESF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além de auxiliar o enfermeiro nas questões administrativas da unidade onde estiver atuando.

Cada semestre é pré-requisito para a realização do seguinte (conforme especificado no quadro da matriz curricular com pré-requisito), uma vez que o conhecimento das técnicas de enfermagem são de complexidade crescente. Cada componente curricular é ofertado em apenas um semestre por ano, fazendo que, em caso de reprovação, o discente fique aguardando para cursar o componente curricular no qual foi reprovado no semestre correspondente ao que reprovou.

Todos os semestres objetivam possibilitar a construção dos conhecimentos necessários ao exercício da profissão. Para tanto, é dada ênfase nas atividades realizadas através de projetos, atividades individuais, grupos de discussão, aulas teórico-práticas em laboratório, pesquisas via biblioteca e internet, entre outras, que privilegiem o pensamento reflexivo.

Concluídos os quatro semestres, o discente fica apto a receber o diploma de Técnico em Enfermagem. Depois de registrado junto ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN), poderá atuar em diferentes locais na sua área de formação.

6.9.1 Matriz Curricular*¹

Semestre	Componente Curricular	Núcleo de formação	Pré-requisitos	Horas/Relógio	Horas/Aula	Aulas na semana**
Primeiro	Semiotécnica	Profissionalizante	-	150h	180h/a	10
	Estágio Supervisionado em Semiotécnica	Profissionalizante	-	90h	108h/a	6
	Educação para Saúde	Profissionalizante	-	135h	162h/a	9
	Informatização do trabalho em saúde	Geral	-	30h	36h/a	2
	Total do Semestre			405h	486h/a	27
Segundo	Enfermagem Médico-Cirúrgica	Profissionalizante	Semiotécnica Estágio Supervisionado em Semiotécnica Educação para Saúde	285h	342h/a	19

¹* A matriz curricular do curso técnico em enfermagem está organizada por componentes curriculares. Para fechar a carga horária semestral, serão acrescentados sábados letivos.

** De acordo com o Memorando IFRS-Campus Rio Grande nº 085/2017, em respeito à especificidade do curso Técnico em Enfermagem, os componentes curriculares poderão ser ministrados de forma semelhante ao modelo modular, sendo agrupados e organizados na lógica de conhecimento integrado. Portanto, essa matriz representa uma previsão do número de aulas semanais, de acordo com o calendário acadêmico, mas será respeitada a carga horária prevista em cada componente, o qual seguirá um cronograma diferenciado de aulas.

	Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica	Profissionalizante	Semiotécnica Estágio Supervisionado em Semiotécnica Educação para Saúde	75h	90h/a	5
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Geral	-	45h	54h/a	3
	Total do Semestre			405h	486h/a	27
Terceiro	Enfermagem Materno-Infantil	Profissionalizante	Enfermagem Médico-Cirúrgica Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica	210h	252h/a	14
	Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil	Profissionalizante	Enfermagem Médico-Cirúrgica Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica	75h	90h/a	5
	Enfermagem em Saúde Coletiva	Profissionalizante	Enfermagem Médico-Cirúrgica Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica	75h	90h/a	5
	Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva	Profissionalizante	Enfermagem Médico-Cirúrgica Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica	45h	54h/a	3
	Total do Semestre			405h	486h/a	27
Quarto	Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental	Profissionalizante	Enfermagem Materno-Infantil Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem em Saúde Coletiva Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva	120h	144h/a	8

	Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental	Profissionalizante	Enfermagem Materno-Infantil Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem em Saúde Coletiva Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva	45h	54h/a	3
	Enfermagem em Urgência e Emergência	Profissionalizante	Enfermagem Materno-Infantil Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem em Saúde Coletiva Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva	150h	180h/a	10
	Estágio Supervisionado em Enfermagem em Urgência e Emergência	Profissionalizante	Enfermagem Materno-Infantil Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem em Saúde Coletiva Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva	75h	90h/a	5
	Total do Semestre			390h	468h/a	26
	Carga horária total de Estágio Supervisionado do curso			405h	486h/a	
	Carga horária teórica total do curso			1200h	1440h/a	
	Carga horária total do curso			1605h	1926 h/a	

6.10 Programas por componentes curriculares

1º SEMESTRE

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
SEMIOTÉCNICA	1º Semestre	150 HORAS	180 HORAS/AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Prestar a assistência de enfermagem, aplicando as técnicas básicas de cuidado ao ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.</p>			
<p>Ementa: Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano, com ênfase nas técnicas básicas de cuidado, visando ao atendimento das necessidades do ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.</p>			
<p>Referências:</p> <p>Básica:</p> <p>OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. Blackbook– Enfermagem. 1ª Edição. Belo Horizonte: 2016.</p> <p>CHEREGATTI, Aline Laurenti; JERONIMO, Rosangela Aparecida Sala. Administração de Medicamentos – 5 Certos Para Segurança de Seu Paciente. 2ª Edição. São Paulo: Rideel, 2010.</p> <p>MALAGUTTI, Willian; KAKIHARA, Cristiano Tárzia. Curativos, Estomias e Dermatologia: Uma Abordagem Multiprofissional. 2ª Edição. São Paulo: Martinari, 2011.</p> <p>POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo, SP: Atheneu, 2010.</p> <p>RODRIGUES, Andrea Bezerra, et. al. Semiotécnica – Manual para Assistência de Enfermagem. 3. ed. São Paulo: Iátria, 2007.</p> <p>SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; SILVA, Sandra Regina L. do P. TARDELLI da. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. São Paulo: Martinari, 2014.</p> <p>Complementar:</p> <p>BARSANO, Paulo Roberto. Biossegurança, ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo-SP. Erica, 2014</p> <p>EPUB. Dicionário de administração de medicamentos na enfermagem. Edição ouro. Epub, 2010.</p> <p>FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. 1. ed. São Paulo: Difusão, 2010.</p> <p>HIRATA, M.H. Manual de biossegurança. São Paulo: Manole, 2012.</p> <p>KURAMOTO, J.B. O Exercício da enfermagem. In: MURTA, G.F. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem v.2. São Paulo: Difusão, 2008. p.175-191</p> <p>POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo, SP: Atheneu, 2010.</p> <p>VOLPATO, Andrea Cristine Bressane; PASSOS, Vanda Cristina dos Santos (Org.). Técnicas Básicas de Enfermagem. 4.ed. São Paulo, SP: Martinari, 2014. 479 p</p>			

Pré-requisitos e co-requisitos: Não há.

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SEMIOTÉCNICA	1º Semestre	90 HORAS	108 HORAS /AULA
Objetivo geral do componente curricular: Prestar a assistência de enfermagem, aplicando as técnicas básicas de cuidado ao ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.			
Ementa: Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano, com ênfase nas técnicas básicas de cuidado, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.			
Referências: Básica: EPUB. Dicionário de administração de medicamentos na enfermagem. Edição ouro. Epub, 2010. GOLDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet. AME - administração de medicamentos na enfermagem. Guanabara Koogan. 2006/2007. MALAGUTTI, Willian; KAKIHARA Cristiano Tárzia. Curativos, Estomias e Dermatologia: Uma Abordagem Multiprofissional. 2ª Edição. São Paulo: Martinari, 2011. SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; SILVA, Sandra Regina L. do P. TARDELLI da. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. São Paulo :Martinari, 2014. SILVA, Marcelo Tardelli da; SILVA, Sandra Regina L. P. Tardelli da. Manual de procedimentos para estágio em enfermagem. 4.ed. São Paulo, SP: Martinari, 2013. Complementar: FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. 1. ed. São Paulo: Difusão, 2010. HIRATA, M.H. Manual de biossegurança. São Paulo: Manole, 2012. KURAMOTO, J.B. O Exercício da enfermagem. In: MURTA, G.F. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem v.2. São Paulo: Difusão, 2008. p.175-191 PORTELA, Cristina Rodrigues; Correa, Gladis Tenenbojm. Manual de consulta para estágio em enfermagem - 2ª Edição. Editora Yendis, 2011 RODRIGUES, Andrea Bezerra, et. al. Semiotécnica – Manual para Assistência de Enfermagem. 3. ed. São Paulo: Iátria, 2007. SILVA, Marcelo Tardelli da; SILVA, Sandra Regina L. P. Tardelli da. Manual de procedimentos para estágio em enfermagem. 4.ed. São Paulo, SP: Martinari, 2013. Pré-requisitos e co-requisitos: Não há.			

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE	1º Semestre	135 HORAS	162 HORAS /AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Contribuir para a geração de conhecimentos referentes à anatomia e à fisiologia do corpo humano, aos princípios de biossegurança, à história da enfermagem e aos aspectos éticos inseridos no contexto de saúde.</p>			
<p>Ementa: Educação em saúde visando à melhoria da qualidade de vida e à formação de hábitos saudáveis. Estudo sobre o processo de desenvolvimento do ser humano, como ser bio-psico-sócio-cultural. Introdução ao estudo do corpo humano, enfocando os diversos sistemas e o funcionamento normal do organismo, bem como a relevância da anatomia e fisiologia para a enfermagem nas questões relacionadas aos procedimentos. Noções de microbiologia e parasitologia; normas de biossegurança; métodos de esterilização, desinfecção e antisepsia; medidas de controle de infecção hospitalar. Fundamentos da ética. Ética profissional. Conceitos em bioética. Legislação profissional. Processo histórico da enfermagem, sua evolução como ciência e profissão. Noções de administração dos serviços de saúde. Direitos humanos.</p>			
<p>Referências:</p> <p>Básica: BARSANO, Paulo Roberto. Biossegurança, ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo-SP. Erica, 2014 COLICIGNO, Paulo Roberto Campos et al. Anatomia humana – Atlas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. DANGELO, José Geraldo. Anatomia humana sistêmica / José Geraldo Dangelo, Carlo Américo Fattini. - 3ª ed. revista - São Paulo: editora Atheneu, 2011. HIRATA, M.H. Manual de biossegurança. São Paulo: Manole, 2012. KURAMOTO, J.B. O Exercício da enfermagem. In: MURTA, G.F. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem v.2. São Paulo: Difusão, 2008. p.175-191 LIMA. Idelmina Lopes de. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. 6ed. Goiânia: AB Editora, 2000. SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; SILVA, Sandra Regina L. do P. TARDELLI da. Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. São Paulo: Martinari, 2014. TAKA, O.; SHIMIDT, M.J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p>			

Complementar:

BARSANO, Paulo Roberto. **Biossegurança**, ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo-SP. Erica, 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos**. Brasília: Anvisa, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_paciente_servicos_saude_higienizacao_maos.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Exposição a materiais biológicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 72 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Saúde do Trabalhador; 3. Protocolos de Complexidade Diferenciada). Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/upload/1337000719_Exposi%C3%A7%C3%A3o%20a%20Materiais%20Biol%C3%B3gicos.pdf

Fundamentos de enfermagem: saúde e função humanas/ [editores] Ruth F. Craven, Constance J. Himle; [com] 37 colaboradores; [revisão técnica Isabel Cristina Fonseca da Cruz; tradução Isabel Cristina Fonseca da Cruz, José Eduardo Ferreira de Figueiredo]- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

HIRATA, M.H. **Manual de biossegurança**. São Paulo: Manole, 2012. KURAMOTO, J.B. O Exercício da enfermagem. *In*: MURTA, G.F. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem v.2. São Paulo: Difusão, 2008. p.175-191

Resolução COFEN. http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html

SANTOS, Viviane Euzébia Pereira; Viana, Dirce Laplaca. **Fundamentos e práticas para estágio em enfermagem** - 4ª Edição. Editora Yendis

Pré-requisitos e co-requisitos: Não há.

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
INFORMATIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE	1º Semestre	30 HORAS	36 HORAS /AULA
Objetivo geral do componente curricular: Permitir ao aluno o fomento do pensamento crítico bem como a compreensão de conceitos básicos de informática direcionados ao trabalho em saúde através da utilização de computadores para a edição de textos, cálculos em planilhas, criação de apresentações, pesquisa na internet e acesso a correio eletrônico.			
Ementa: Conceitos básicos de informática, relacionando-os ao mundo do trabalho em saúde. Introdução a Sistemas Operacionais. Uso de microcomputadores para manipulação e compactação de arquivos e diretórios, edição de textos, cálculos em planilhas eletrônicas e criação de apresentações. Navegação web, fontes formais de pesquisa na internet e uso de correio eletrônico. Normas técnicas para edição de textos e apresentação de trabalhos. Noções básicas de metodologia científica e de boas práticas na utilização de computadores.			

Referências:**Básica:**

ALVES, William Pereira. **Informática fundamental**: introdução ao processamento de dados. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

VELLOSO, F.C. **Informática**: conceitos básicos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2014.

CAETANO, Karen Cardoso, Malagutti, William (org.). **Informática em saúde**: uma perspectiva multiprofissional dos usos e possibilidades. Editora Yendis, 2012.

Complementar:

MANZANO, A.L.N.G; MANZANO, M.I.N.G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7ª ed. São Paulo: Érica, 2007.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2004.

FUSTIONI, D.F.R.; FERNANDES, F.C.; LEITE, F.N. **Informática básica para o ensino técnico profissionalizante**. 1ª ed. Brasília: Editora IFB, 2013. Disponível em: <http://ifb.edu.br/attachments/6243_informática%20básica%20final.pdf>. Acesso em fev. 2020

MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. **Informática**: conceitos e aplicações. 3.ed., São Paulo: Érica, 2008.

NORTON, P. **Introdução à Informática**. Editora Pearson Education, 2005.

Pré-requisitos e co-requisitos: Não há.

2º Semestre

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	2º Semestre	285 HORAS	342 HORAS /AULA
Objetivo geral do componente curricular: Habilitar o discente para prestar assistência de enfermagem ao ser humano, enfocando a fisiopatologia e as afecções dos sistemas, suas causas, tratamento, bem como os cuidados no período perioperatório gerais e específicos.			
Ementa: Organização, estrutura e funcionamento das unidades de clínica médica, clínica cirúrgica, centro cirúrgico, sala de recuperação pós-anestésica e centro de material e esterilização. Estudo das principais patologias clínicas e tratamentos cirúrgicos no ambiente hospitalar, com ênfase nos cuidados de enfermagem. Estudo do período perioperatório e do processo de trabalho em centro cirúrgico.			

Referências:**Básica:**

BRUNNER & SUDDARTH. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. Revisão técnica Sonia Regina de Souza; Tradução PatriciaLydieVoeux. 13. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

BRUNNER, Lillian Sholtis. Brunner & Suddarth. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. 14. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2019.

FIGUEIREDO. Nébia Maria Almeida de. **Tratado prático de enfermagem**. Yendis, 2006.

GOLDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet. **AME - administração de medicamentos na enfermagem**. Guanabara Koogan. 2006/2007.

MALAGUTTI, Willian; KAKIHARA Cristiano Tárzia. **Curativos, Estomias e Dermatologia: Uma Abordagem Multiprofissional**. 2ª Edição. São Paulo: Martinari, 2011.

OLIVEIRA, Simone Machado Kuhn de [et al]. **Centro Cirúrgico e CME**. Porto Alegre. Sagah, 2019.

ROTHROCK, J. C. Alexander cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. Tradução José Eduardo Ferreira de Figueiredo, et al. 13. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações gerais para central de esterilização**. Série A Normas e Manuais Técnicos, n. 108. Brasília, DF, 2001.

CHEREGATTI, Aline Laurenti; JERONIMO, Rosangela Aparecida Sala. **Administração de Medicamentos – 5 Certos Para Segurança de Seu Paciente**. 2ª Edição. São Paulo: Rideel, 2010.

DANGELO, José Geraldo. **Anatomia humana sistêmica** / José Geraldo Dangelo, Carlo Américo Fattini. - 3ª ed. revista - São Paulo: editora Atheneu, 2011.

OLIVEIRA, Simone Machado Kuhn de.et al. **Centro Cirúrgico e CME**. Porto Alegre. Sagah, 2019.

PELLICO, Linda Honan. **Enfermagem médico-cirúrgica**. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2014.

SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; SILVA, Sandra Regina L. do P. TARDELLI da. **Manual do técnico e auxiliar de enfermagem**. São Paulo : Martinari, 2014.

Pré-requisitos e co-requisitos: Semiotécnica; Estágio Supervisionado de Semiotécnica e Educação para Saúde.

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	2º Semestre	75 HORAS	90 HORAS /AULA

Objetivo geral do componente curricular: Prestar assistência de Enfermagem ao ser humano nas afecções clínicas e nos tratamentos cirúrgicos.

Ementa: Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano com afecções clínicas e nos tratamentos cirúrgicos, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.

Referências:

Básica:

BRUNNER & SUDDARTH. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. Revisão técnica Sonia Regina de Souza; Tradução Patricia Lydie Voeux. 13. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

BRUNNER, Lillian Sholtis. Brunner & Suddarth. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. 14. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2019

FIGUEIREDO. Nébia Maria Almeida de. **Tratado prático de enfermagem**. Yendis, 2006.

GOLDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet. **AME** - administração de medicamentos na enfermagem. Guanabara Koogan. 2006/2007.

MALAGUTTI, Willian; KAKIHARA Cristiano Tárzia. **Curativos, Estomias e Dermatologia: Uma Abordagem Multiprofissional**. 2ª Edição. São Paulo: Martinari, 2011.

ROTHROCK, J. C. Alexander cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. Tradução José Eduardo Ferreira de Figueiredo, et al. 13. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações gerais para central de esterilização**. Série A Normas e Manuais Técnicos, n. 108. Brasília, DF, 2001.

BRUNNER, Lillian Sholtis. Brunner & Suddarth. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. 14. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2019

CHEREGATTI, Aline Laurenti; JERONIMO, Rosangela Aparecida Sala. **Administração de Medicamentos – 5 Certos Para Segurança de Seu Paciente**. 2ª Edição. São Paulo: Rideel, 2010.

DANGELO, José Geraldo. **Anatomia humana sistêmica** / José Geraldo Dangelo, Carlo Américo Fattini. - 3ª ed. revista - São Paulo: editora Atheneu, 2011.

MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J.C. Alexander: Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

PELLICO, Linda Honan. **Enfermagem médico-cirúrgica**. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2014.

SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; SILVA, Sandra Regina L. do P. TARDELLI da. **Manual do técnico e auxiliar de enfermagem**. São Paulo: Martinari, 2014.

Pré-requisitos e co-requisitos: Semiotécnica; Estágio Supervisionado de Semiotécnica e Educação para Saúde.

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	2º Semestre	45 HORAS	54 HORAS /AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Contribuir para a geração de conhecimentos e formação de pessoal qualificado de modo que, mediante o ensino da Língua Brasileira de Sinais, possam ter conhecimentos acerca da singularidade linguística, cultural e política da Comunidade Surda, levando a refletir sobre o papel da língua na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente no ambiente da saúde.</p>			
<p>Ementa: Introdução ao aprendizado da LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Desafios na comunicação de pessoas surdas no contexto da saúde; Recursos Linguísticos para a comunicação: alfabeto e números; Cultura e Identidade Surdas; Expressões faciais e corporais na comunicação em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução ao vocabulário de LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução aos classificadores em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução à conversação em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.</p>			
<p>Referências: Básica: FADERS. Acessado em 10 mar de 2016. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que Língua é essa? Crenças e Preconceitos em torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo: Parábola Editora, 2009. MARCON, Andréia M.; SOARES, Ângela M. B.; LUNA, Cristine F. P.; REVEILLEAU, Monique G.; ANHAIA, Tatiane de S. Estudo da Língua Brasileira de Sinais. Passo Fundo: Ed. Da Universidade Federal de Passo Fundo, 2011. Complementar: QUADROS, R.M & KARNOPP. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Editora ArtMed. Porto Alegre, 2004. PERLIN, Gládis. As diferentes Identidades Surdas. Disponível para dowload na página da FENEIS: http://www.feneis.org.br/arquivos/As_diferentes_identidades_surdas.pdf. SKILIAR, C. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C (org). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Vol1. Porto Alegre: mediação, 1999. THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. (Orgs). Currículo e Avaliação: A diferença surda na escola. Edunisc: 2009. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.</p>			
Pré-requisitos e co-requisitos: Não há.			

3º SEMESTRE

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL	3º Semestre	210 HORAS	252 HORAS/AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Habilitar o discente para prestar assistência de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher durante o ciclo da vida, nos diferentes sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais possam estar inseridos.</p>			
<p>Ementa: Estudo do processo saúde-doença da criança, do adolescente e da mulher como ser bio-psico-socio-cultural. Estudo do planejamento reprodutivo. Estudo sobre a gestação, pré-natal, parto e puerpério. Estudo do crescimento e desenvolvimento infantil e juvenil. Abordagem das diferentes formas de violência com a criança, o adolescente e a mulher.</p>			
<p>Referências:</p> <p>Básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres [recurso eletrônico]/ Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32)</p> <p>LOWDERMILK, Deitra Leonard; PERRY, Shannon E; CASHION, Kitty; ALDEN, Kathryn Rhodes; PRAÇA, Neide de Souza. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33)</p> <p>MORAIS MB; CAMPOS, SO; HILÁRIO, MOE. Pediatria Diagnóstico e Tratamento. Barueri, SP: Manoele, 2013.</p> <p>Complementar:</p> <p>SOUSA, FGM; COSTENARO, RGS. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente na atenção básica. Porto Alegre: Moriá Editora, 2016.</p> <p>BURNS DAR et al (organizadores). Tratado de Pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4. Ed. Barueri, SP: Manoele, 2017.</p> <p>JOHNSON, Joyce Y. Enfermagem Materna e do Recém-nascido desmistificada – um guia de aprendizado. Mc Graw Hill Artmed, 2012.</p> <p>MAROSTICA, PJC. Pediatria: consulta rápida. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed: 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Triagem neonatal biológica: manual técnico / Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança:</p>			

orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 23).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal:** versão resumida [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 51 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação Cesariana.** 2015.

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Médico-Cirúrgica; Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica



Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL	3º Semestre	75 HORAS	90 HORAS/AULA
Objetivo geral do componente curricular: Prestar assistência de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher durante o ciclo da vida, nos diferentes sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais possam estar inseridos.			
Ementa: Assistência de enfermagem integral e humanizada à criança, ao adolescente e à mulher, no ambiente intra e extra hospitalar, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança. Ações educativas em saúde.			
Referências: Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres [recurso eletrônico]/ Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32) LOWDERMILK, Deitra Leonard; PERRY, Shannon E; CASHION, Kitty; ALDEN, Kathryn Rhodes; PRAÇA, Neide de Souza. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.			

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33)

MORAIS MB; CAMPOS, SO; HILÁRIO, MOE. **Pediatria** Diagnóstico e Tratamento. Barueri, SP: Manoele, 2013.

Complementar:

SOUSA, FGM; COSTENARO, RGS. **Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente na atenção básica**. Porto Alegre: Moriá Editora, 2016.

BURNS DAR et al (organizadores). **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4. Ed. Barueri, SP: Manoele, 2017.

JOHNSON, Joyce Y. **Enfermagem Materna e do Recém-nascido desmistificada** – um guia de aprendizado. Mc Graw Hill Artmed, 2012.

MAROSTICA, PJC. **Pediatria**: consulta rápida. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed: 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Triagem neonatal biológica**: manual técnico / Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 23).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco**: manual técnico. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Médico-Cirúrgica; Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA	3º Semestre	75 HORAS	90 HORAS/AULA

Objetivo geral do componente curricular: Habilitar o discente para atuar nos serviços de saúde em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Atenção Básica.

Ementa: Noções sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e suas legislações. Noções de epidemiologia geral e regional e dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. Indicadores de saúde e indicadores sociais. Perfil de saúde da população brasileira, do estado do Rio Grande do Sul e do Município do Rio Grande. Estudo das doenças preveníveis por vacinas e das vacinas que compõem o calendário da criança, do adolescente, do adulto, da gestante e do idoso. Educação Ambiental.

Referências:

Básica:

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. **Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática**. 2. Ed. Guanabara Koogan, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Complementar:

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **SUS e saúde da família para enfermagem: Práticas para o cuidado em Saúde Coletiva**. 2. Ed. Yendis, 2012.

BRASIL. **PORTARIA Nº 264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020**. Altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Médico-Cirúrgica; Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA	3º Semestre	45 HORAS	54 HORAS/AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Prestar assistência de enfermagem sistematizada na prevenção, promoção, manutenção e recuperação do ser humano, família e comunidades, a partir do conhecimento dos determinantes e condicionantes do processo saúde/doença/cuidado.</p>			
<p>Ementa: Assistência de enfermagem integral e humanizada ao ser humano, à família e à comunidade com enfoque nas práticas de saúde coletiva, no contexto do SUS. Ações educativas em saúde.</p>			
<p>Referências:</p> <p>Básica:</p> <p>SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. 2. Ed. Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.</p> <p>BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>Complementar:</p> <p>FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. SUS e saúde da família para enfermagem: Práticas para o cuidado em Saúde Coletiva. 2. Ed. Yendis, 2012.</p> <p>BRASIL. PORTARIA Nº 264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020. Altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</p>			
<p>Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Médico-Cirúrgica; Estágio Supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica.</p>			

4º Semestre

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E MENTAL	4º Semestre	120 HORAS	144 HORAS/AULA
<p>Objetivo geral do componente curricular: Habilitar o discente para atuar nos serviços de saúde mental e coletiva em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, da Atenção Básica e da Reforma Psiquiátrica Brasileira.</p>			
<p>Ementa: Estudo sobre o Sistema Único de Saúde, Atenção Básica à Saúde e Reforma Psiquiátrica Brasileira, e as legislações específicas. Organização, estrutura e funcionamento da rede de saúde mental e coletiva nas esferas local, regional, estadual e federal. Noções de administração dos serviços de saúde. Estudo do cuidado do ser humano, família e comunidades no território, através das práticas de prevenção, promoção, manutenção e recuperação dos sujeitos. Estudo das demandas dos serviços de saúde mental e coletiva, com enfoque no cuidado holístico do ser humano, abrangendo as patologias e outras necessidades de saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.</p>			
<p>Referências:</p> <p>Básica:</p> <p>SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. 2. ed. Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. SUS e saúde da família para enfermagem: Práticas para o cuidado em Saúde Coletiva. 2. ed. Yendis, 2012.</p> <p>CUNHA, Carlos Leonardo Figueiredo; SOUZA, Inês Leoneza (org.) Guia de Trabalho para o Enfermeiro na Atenção à Saúde. Curitiba: CRV, 2017.</p> <p>FERREIRA, Sandra Rejane Soares; VIDEBECK, Sheila L. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria. 5. Ed. Artmed, 2012.</p> <p>MARCOLAN, Rosiani; CASTRO, João. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica. 1. Ed. Elsevier, 2013.</p> <p>Journal of Nursing and Health: Faculdade de Enfermagem. Ouidores de Vozes (número especial), 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/issue/view/753/showToc</p> <p>PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Raquel Gouveia. Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de Gênero, Raça e Classe para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.</p> <p>Complementar:</p> <p>CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; PASSOS, Eduardo; PALOMBINI, Analice et al. Gestão Autônoma da Medicação – Guia de Apoio a Moderadores. DSC/FCM/UNICAMP; AFLORE; DP/UFF; DPP/UFRGS, 2014. Disponível em: http://www.fcm.unicamp.br/fcm/laboratorio-</p>			

[saude-coletiva-e-saude-mental-interfaces.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed.; 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 56 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 28, V. 1)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na atenção básica.v.2** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Materno-Infantil; Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem em Saúde Coletiva; Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA E MENTAL	4º Semestre	45 HORAS	54 HORAS/AULA
Objetivo geral do componente curricular: Prestar assistência de enfermagem sistematizada na prevenção, promoção, manutenção e recuperação do ser humano, família e comunidades.			
Ementa: Assistência de enfermagem integral e humanizada ao ser humano, à família e à comunidade com enfoque nas práticas de saúde mental e coletiva. Ações educativas em saúde.			
Referências: Básica: PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA-FILHO, Naomarde. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. Medbook, 2013. MARCOLAN, João Fernando. Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. SOUSA, Francisca Georgina Macedo de; COSTERANO, Regina Gema Santini. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente na atenção básica de saúde. Porto Alegre: Editora Moriá, 2016.			

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão Popular**: caminhos para a emancipação. Editora: CCTA, 2018.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed.; 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 56 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 28, V. 1)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica.v.2 Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34)

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Materno-Infantil; Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem em Saúde Coletiva; Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	4º Semestre	150 HORAS	180 HORAS/AULA
Objetivo geral do componente curricular: Habilitar o discente para prestar assistência de enfermagem ao ser humano em situação de urgência e emergência pré e intra- hospitalar.			
Ementa: Estudo da Política Nacional de Atenção às Urgências e a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Noções de administração dos serviços de saúde. Abordagem do atendimento pré-hospitalar com enfoque no suporte básico de vida. Abordagem do atendimento intra-hospitalar com enfoque no suporte avançado de vida ao ser humano com alterações: clínicas, cardiorrespiratórias, traumatológicas, cutâneas, psiquiátricas, obstétrica materno – infantil.			
Referências: Básica: CHEREGATTI, Aline Laurentini; AMORIM, Carolina Padrão. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva . 2. ed. São Paulo: Martinari, 2010. SANTOS, MN; SOARES, OM. Urgência e emergência na prática de enfermagem . Porto Alegre: Moriá, 2014. TOBOSE, Lucia; TOMAZINI, Edenir Aparecida Sartorelli. Urgências e Emergências em Enfermagem . 1. ed. Guanabara Koogan, 2017.			

Complementar:

TERRY, Cynthia L; WEAVER, Aurora L. **Enfermagem em terapia intensiva desmistificada**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

VIANA, Renata Andrea P. Pereira. **Enfermagem em Terapia Intensiva: práticas e vivências**. 2. ed. Artmed, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Suporte Básico de Vida**. 1. ed. Saraiva, 2014.

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Materno-Infantil; Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem em Saúde Coletiva; Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva

Componente Curricular:	Período:	Horas/relógio:	Horas/aula:
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	4^o Semestre	75 HORAS	90 HORAS/AULA
Objetivo geral do componente curricular: Prestar assistência de enfermagem ao ser humano em situação de urgência e emergência.			
Ementa: Assistência de enfermagem em situação de urgência e emergência com enfoque no atendimento pré e intrahospitalar.			
Referências:			
Básica:			
CHEREGATTI, Aline Laurentini; AMORIM, Carolina Padrão. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva . 2. ed. São Paulo: Martinari, 2010.			
SANTOS, MN; SOARES, OM. Urgência e emergência na prática de enfermagem . Porto Alegre: Moriá, 2014.			
TOBOSE, Lucia; TOMAZINI, Edenir Aparecida Sartorelli. Urgências e Emergências em Enfermagem . 1. ed. Guanabara Koogan, 2017.			
Complementar:			
TERRY, Cynthia L; WEAVER, Aurora L. Enfermagem em terapia intensiva desmistificada . Porto Alegre: AMGH, 2013.			
VIANA, Renata Andrea P. Pereira. Enfermagem em Terapia Intensiva: práticas e vivências . 2. ed. Artmed, 2020.			
BRASIL. Ministério da Saúde. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência .			

Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Suporte Básico de Vida**. 1. ed. Saraiva, 2014.

Pré-requisitos e co-requisitos: Enfermagem Materno-Infantil; Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem em Saúde Coletiva; Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva

6.11 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado do Curso Técnico em Enfermagem tem sua carga horária distribuída entre os quatro semestres para que o discente tenha uma visão integradora dos conteúdos teóricos e teórico-práticos que são desenvolvidos ao longo do curso, e perceba que os conhecimentos adquiridos têm como objetivo final a melhoria na qualidade do atendimento prestado à clientela por ele atendida.

Os cursos técnicos em enfermagem ministrados em escolas públicas ou privadas, no âmbito nacional, devem atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional definidas pela Resolução nº CNE/CEB 06/2012 e pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012 (BRASIL, 2012), os quais organizam a educação profissional. O nível técnico tem uma organização curricular específica e separada do ensino médio, com carga horária de 1.200 horas teóricas e 400 horas práticas, com o intuito de articular a educação com o mundo do trabalho e a prática social (BRASIL, 2012; COFEN 2019).

O estágio supervisionado, de caráter obrigatório, conforme a legislação vigente, constituiu-se no primeiro passo para o exercício da profissão e aplicação dos conhecimentos adquiridos na teoria e na prática. Tem por finalidade o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Dessa forma, visa a oferecer ao discente a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações interpessoais e administrativas que se estabelecem no mundo de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social do exercício de sua futura profissão.

O estágio supervisionado oportuniza à Instituição subsídios para avaliar seu processo educativo, com base em informações coletadas, possibilitando adequação curricular às inovações tecnológicas, às mudanças ambientais e ao aprimoramento da formação do técnico.

O estágio supervisionado dos discentes desta Instituição obedecerá às determinações legais vigentes específicas sobre estágio. Terão direito ao estágio supervisionado, para efeito de conclusão de curso e obtenção do diploma de habilitação profissional, todos os discentes regularmente matriculados e frequentes.

No Curso Técnico em Enfermagem, o estágio supervisionado obrigatório terá carga horária de 405 horas/relógio = 486 horas/aula e será realizado desde o início do curso.

Toda documentação referente ao estágio supervisionado obrigatório deverá ser encaminhada e registrada pelo setor de estágio da Instituição de Ensino, mediante documentação própria do setor, com a celebração de Termo de Compromisso pelo discente, Instituição de Ensino e parte concedente. A coordenação do curso técnico em enfermagem contribuirá na efetivação desse processo.

O acompanhamento das atividades de estágio será sempre realizado pelo docente, que realizará avaliação permanente e contínua do discente, baseada na “ficha de avaliação de estágio” apresentada previamente ao discente no início do período letivo e retomada a cada início de novo estágio.

6.12 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

O processo de avaliação atenderá às proposições da Educação Profissional, avaliando os conhecimentos adquiridos sob os aspectos teórico-práticos previstos para o perfil do profissional Técnico em Enfermagem considerados como fundamentais pelo IFRS - *Campus* Rio Grande.

A avaliação é feita de forma permanente, sendo indissociável ao processo de ensino e aprendizagem, permitindo acompanhar, passo a passo, o desenvolvimento do discente, identificando suas facilidades, bem como possíveis dificuldades, com o intuito de implementar estratégias metodológicas que possam favorecer esse processo.

No processo de aprendizagem entende-se a teoria e a prática como componentes interligados e interdependentes, uma vez que na teoria são abordados e desenvolvidos os conteúdos necessários a serem aprendidos, aplicados e aprimorados na prática, ou seja, nas aulas de laboratório e nos diferentes campos de estágio. Estes últimos, por sua vez, são os espaços onde os discentes desenvolvem diretamente o cuidado ao outro ser humano. Destaca-se também o enfoque no aspecto comportamental, ou seja, na construção e na adoção de uma postura pessoal e profissional baseada nos preceitos da profissão, alicerçada em valores e na ética profissional.

Dessa forma, entende-se que, durante sua formação, o discente está se preparando para o mundo do trabalho, adquirindo conhecimentos, habilidades e atitudes, uma vez que as

atividades desenvolvidas nos estágios são direta ou indiretamente destinadas à prestação de cuidados a outros seres humanos sadios ou enfermos que necessitam de atendimento. Assim, destaca-se o comprometimento necessário que o discente precisa ter com a sua formação, para que suas práticas assistenciais sejam embasadas no conhecimento, na habilidade técnica e na atitude respeitosa, ética e profissional, livre de atos de imprudência, negligência ou imperícia que possam, de certa forma, por em risco a integridade do paciente, de seus familiares, de si próprio, do docente que lhe acompanha no estágio e das instituições envolvidas nesse processo.

Nesse sentido, a avaliação precisa ser um processo contínuo, elencando diversos aspectos e em distintos momentos. Dessa forma, optou-se por utilizar os seguintes instrumentos de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem:

- **Escritos:** avaliações objetivas e discursivas, trabalhos individuais e em grupos, seminários, relatórios e estudo de caso;

- **Orais:** dramatizações, participação nas discussões em sala de aula e em laboratório, apresentação dos trabalhos, ações de educação em saúde, respostas aos questionamentos em sala de aula e campo de estágio, relacionando teoria e prática, avaliação oral.

- **Práticos:** Execução de técnicas de enfermagem no laboratório e em outros espaços da comunidade. Prestação do cuidado integral de enfermagem relacionando conhecimentos teóricos, práticos e técnicos com vistas a qualificar sua atuação nos serviços de saúde e demais espaços onde as atividades de enfermagem se façam presentes e necessárias, levando em consideração a indissociabilidade entre educação e prática social.

- **Reflexão:** momento em que o discente e o grupo de docentes conversam e refletem sobre o processo de ensino e aprendizagem, atuação, postura, responsabilidade e envolvimento com o curso, momento este que resulta muitas vezes, em identificar as dificuldades no processo e elencar alternativas plausíveis para melhoria de seu desempenho e do curso.

O aproveitamento acadêmico será avaliado através do acompanhamento contínuo do discente nos aspectos teórico-práticos e comportamentais e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas. As avaliações serão realizadas através de diferentes instrumentos, descritos anteriormente, no decorrer do período letivo. Assim, com base nos resultados obtidos através dos instrumentos de avaliação, o grupo de docentes do curso emite parecer referente ao desempenho dos discentes.

A proposta pedagógica do curso prevê ainda possibilidades de atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- observação das características dos discentes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- manutenção de diálogo permanente com o discente;
- consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- divulgação das exigências da tarefa antes da sua avaliação;
- adoção de diferentes estratégias didático-pedagógicas visando à melhoria contínua da aprendizagem; e
- discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos discentes nas atividades desenvolvidas;

A avaliação do desempenho acadêmico será realizada por componente curricular, incidindo sobre os aspectos de assiduidade e de aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas e/ou práticas. O aproveitamento será avaliado através do acompanhamento contínuo do discente e dos resultados por ele obtidos através dos diferentes instrumentos avaliativos, não sendo considerada a assiduidade nesses processos.

No Plano de Ensino de cada componente curricular, serão detalhados os instrumentos de avaliação, bem como os critérios e os pesos específicos que serão adotados no decorrer do período letivo. O resultado da avaliação do desempenho do discente em cada componente curricular será expresso, semestralmente, por meio de notas, devendo o docente utilizar minimamente de dois instrumentos avaliativos, conforme está previsto na Organização Didática do IFRS. Nesse documento, também deverão ser especificadas as alternativas previstas para a recuperação paralela, metodologia e bibliografia.

A Organização Didática do IFRS, por sua vez, indica que desempenho do discente em cada componente curricular deverá ser expresso através de notas registradas de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado no componente curricular o discente que alcançar a Média Semestral (MS) 7,0 (sete) no semestre letivo em curso. O discente que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF).

Sendo assim, a média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF=MS*0,6+ EF*0,4\geq 5$$

Para realizar o exame final (EF), o discente deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo.

O discente poderá solicitar revisão do resultado do exame final até 2 (dois) dias úteis após a publicação deste, através de requerimento fundamentado, protocolado na Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino ou à Coordenação de Curso.

O discente terá sua aprovação no componente curricular somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

A avaliação do desempenho no Estágio Curricular tem como embasamento a “Ficha de Avaliação de Estágio” composta por diversos critérios, aos quais são atribuídos valores que ajudam a expressar um resultado numérico final. Os objetivos bem como a metodologia, a avaliação e os procedimentos utilizados em relação à recuperação paralela devem estar expressos no plano de ensino e de acordo com os princípios e normas do IFRS. Portanto, para que o discente obtenha a aprovação em estágio, a média final (MF) não deve ser inferior a 5,0 (cinco) e a frequência maior ou igual a 75% no componente curricular de Estágio.

6.12.1 Da recuperação paralela

A oferta de estudos de recuperação visa a oportunizar a elevação do nível de aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos discentes que não obtiverem desempenho satisfatório nos conteúdos teóricos e práticos ministrados em cada trimestre letivo. De acordo com a Organização Didática do IFRS “Todo estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, tem direito à recuperação paralela, dentro do mesmo trimestre/semestre” (2017, p. 43).

A realização dos estudos de recuperação será efetivada a partir de atendimentos realizados pelos docentes no turno inverso ao das aulas regulares, nos quais serão esclarecidas dúvidas, desenvolvidas estratégias individualizadas de aprendizagem, como simulação de situações envolvendo os conteúdos, resolução de situações-problema, entre outras, e orientação de estudos. O atendimento se caracteriza como parte da Recuperação Paralela de Estudos, por ser ofertado durante todo o período letivo e divulgado no Plano de Trabalho Docente e plano de ensino, no início de cada semestre letivo. Os instrumentos

avaliativos, bem como as estratégias adotadas, seguirão as normas aprovadas no âmbito da Reitoria e do *Campus* Rio Grande do IFRS.

6.13 Critérios de Aproveitamento de estudos

Todos os critérios e fluxos para Aproveitamento de Estudos seguem as diretrizes da Organização Didática (OD), aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017.

Nesse sentido, os discentes que já concluíram componentes curriculares no mesmo nível ou em outro mais elevado poderão solicitar aproveitamento de estudos. Essa solicitação deve vir acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados; e
- II. Histórico Escolar ou Certificado, acompanhado da descrição de conteúdo, ementas e carga horária dos componentes curriculares, autenticados pela instituição de origem.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas no setor de Registros Acadêmicos do *Campus*, e encaminhadas à Coordenação de Curso, cabendo à Coordenação de Curso o encaminhamento do pedido ao docente atuante no componente curricular, objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária, e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito.

Poderão ainda ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o discente poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos.

Os discentes do IFRS que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil poderão solicitar aproveitamento de estudos, e, conseqüentemente, dispensa de cursá-los, de acordo com a Organização Didática vigente no IFRS.

6.14 Critérios para Certificação de Conhecimentos

Os discentes dos cursos do IFRS poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz

do curso. As solicitações de certificação de conhecimentos deverão seguir as diretrizes da Organização Didática (OD) aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução nº 086/2017.

6.15 Metodologias de Ensino

O Curso Técnico em Enfermagem do IFRS - *Campus* Rio Grande está comprometido a desenvolver sua metodologia de ensino embasada em Paulo Freire e na Política de Educação Popular em Saúde (Ministério da Saúde, 2012), por meio de práticas educativas voltadas para o diálogo, a amorosidade, a problematização, a construção compartilhada do conhecimento, a emancipação dos discentes e para o compromisso com a construção do projeto democrático e popular. Além disso, o curso preconiza uma prática político-pedagógica que percorre as ações voltadas para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação direcionadas ao processo saúde-doença-cuidado em todo ciclo vital. A instituição adota o Plano de Ensino Individual para discentes com necessidades educacionais específicas, assegurando as adaptações curriculares, conteúdo, atividades e avaliações, quando estas se fizerem significativas para o processo de ensino-aprendizagem, bem como fazer uso de recursos e ou tecnologias que viabilizem essas ações a fim de contemplar as especificidades desses sujeitos.

A IN nº 01/2015 do IFRS, que estabelece orientações para a metodologia de ensino, refere em seu artigo 3º que “a prática educativa deve ser orientada por uma didática ativa, em que o estudante seja desafiado à resolução de problemas práticos, consoantes às áreas do conhecimento em que se inscrevem os cursos do IFRS” Assim sendo, acredita-se que a metodologia descrita está em harmonia com o preconizado pelo IFRS.

6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional. O termo indissociabilidade remete à ideia de interligação, de modo a se constituir de um catalisador no processo de produção do conhecimento. Esses preceitos possibilitam a interatividade entre o ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer uma aproximação entre o ensino profissional e a sociedade.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma prerrogativa do processo formativo do educando, uma vez que este constrói o seu conhecimento não apenas dentro do ambiente de sala de aula/laboratório, mas através da interação com o meio que o cerca. No âmbito da extensão, a participação do discente em atividades que envolvem a comunidade

externa ao *Campus* faz que observe a realidade do meio que o cerca com um novo olhar, embasado não apenas no conhecimento adquirido ao longo do processo formativo, mas sob a orientação dos servidores envolvidos. Esse processo promove a conscientização do futuro egresso como um agente de promoção da sociedade e da sua responsabilidade social.

A pesquisa, por sua vez, é uma forma de complementar o conhecimento construído no ensino, por vezes gerando novos conhecimentos e inovações. Os educandos, nesse processo, acabam por desenvolver uma visão crítica do mundo, baseada no método científico. Ao mesmo tempo, percebem que o conhecimento é um bem a ser compartilhado com responsabilidade com a sociedade, através da divulgação científica.

A forma de promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é orgânica, visto que os docentes, em sua maioria, estão continuamente envolvidos em atividades de pesquisa ou extensão, e trazem espontaneamente as experiências dessas atividades para o ambiente de aprendizagem e motivam os discentes. Ao mesmo tempo, o oferecimento de vagas aos discentes nos projetos existentes no *Campus*, seja como voluntários, estagiários ou bolsistas, abre possibilidades para a sua integração nas atividades. Outras formas de promoção incluem os projetos integradores entre componentes curriculares, trabalhos de conclusão de curso, semanas acadêmicas e mostras de produção científica, artística e tecnológica.

O IFRS tem o compromisso de buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão. A criação de novos cursos e seus projetos político-pedagógicos deve considerar a política de expansão a ser adotada, devendo especificar as metas sociais que se pretende alcançar com a formação oferecida e sua concepção curricular. O foco no atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tem como base a indissociabilidade com o ensino de nível técnico, graduação e a pós-graduação.

Assim, fomentando a integração destes três pilares fundamentais, o curso Técnico em Enfermagem, em parceria com outros cursos técnicos do *Campus*, participa do Programa GeoSaúde, atividade de extensão em que os bolsistas do curso em questão desenvolvem ações de educação em saúde nas escolas do município com enfoque nas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças emergentes.

6.17 Acompanhamento Pedagógico

O IFRS - *Campus* Rio Grande tem à disposição, para atendimento e acompanhamento das demandas pedagógicas dos estudantes, uma equipe formada por técnicos administrativos em educação e docentes com formações em diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com a Organização Didática, deverão ser previstas estratégias de acompanhamento da frequência e do desempenho dos estudantes, com o objetivo de garantir a efetividade do direito à aprendizagem, à permanência ao êxito e à conclusão do curso. As ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes “deverão ser desenvolvidas, de forma periódica e sistematizada, pela Direção de Ensino, Coordenações e Colegiados de Cursos, em articulação com as Equipes Pedagógicas e de Assistência Estudantil” (IFRS, 2017, p. 21).

No âmbito do *Campus* Rio Grande, a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) é composta por profissionais da área da educação, psicologia e do serviço social, e tem como objetivo promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, buscando formas de participação social desses na perspectiva de vivência política e gestão democrática em parceria com os diferentes setores do *Campus* Rio Grande em intervenções interdisciplinares.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela CAE se propõe a acompanhar os sujeitos nos seus diferentes contextos, de forma a contribuir para a ampliação e consolidação da cidadania, promover a inclusão social, desenvolver ações de promoção de saúde mental e incentivar a participação e o respeito à diversidade entre os estudantes.

A CAE é responsável pela execução do Programa de Benefícios Estudantis, que tem como objetivo oferecer igualdade de condições financeiras para permanência e conclusão do curso aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do *Campus* em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Acrescenta-se, ainda, às atividades concernentes ao programa de benefícios estudantis, o acompanhamento da frequência dos estudantes.

Também compete à CAE o serviço de Assistentes de Alunos que se ocupa primordialmente da organização, distribuição, divulgação e encaminhamento das questões relativas ao andamento das atividades de ensino, especialmente daquelas diretamente ligadas aos discentes. Atua no sentido de colaborar para a construção de boas relações entre: docentes, comunidade acadêmica e discentes, procurando contemplar as necessidades específicas das diferentes demandas dos estudantes. O setor contribui, ainda, com a divulgação, implantação e desenvolvimento de estratégias e políticas institucionais direcionadas ao bem-estar dos estudantes contribuindo, assim, para a identificação de diferentes caminhos para a consolidação do *Campus* como espaço de aprendizagem.

É disponibilizado ao estudante e/ou à família acolhimento psicológico e social, a partir de onde poderão ocorrer orientações e intervenções institucionais e, se necessário, será realizado o encaminhamento à rede de apoio disponível no município. Todo o estudante do *Campus* que estiver em alguma situação de vulnerabilidade e/ou risco social, ou que buscar atendimento terá sua demanda acolhida pela equipe da CAE, a qual também será encaminhada aos setores pertinentes ou à rede de apoio do município. De acordo com a demanda que surge pelos próprios estudantes, são realizadas ações voltadas à promoção de saúde mental e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica, que têm como objetivo dar suporte a esse público em suas demandas relacionadas aos desafios da vida escolar, buscando contribuir para a boa qualidade de vida no IFRS.

A Coordenação Pedagógica, em interlocução com os demais setores do ensino, é responsável pela mobilização de construções pedagógicas participativas e democráticas, que visam a promover o diálogo e a construção coletiva no que tange à interseção ensino e aprendizagem. A ela cabe também acompanhar e orientar os docentes na elaboração e implementação de suas ações pedagógicas, bem como na adequação dessas ações em relação às necessidades de aprendizagem dos discentes.

A análise das questões relativas à aprendizagem integral do discente ocorre periodicamente durante os conselhos pedagógicos, previstos na forma de Colegiados de Curso para os cursos subsequentes. Nesse importante fórum, o ensino-aprendizagem é o foco do diálogo e deverá contar com a participação do Setor de Ensino, Coordenação de Curso, Setor de Assistência Estudantil, professores e representantes de estudantes da turma (IFRS, 2017).

A partir dessas reuniões, são definidas ações conjuntas e distribuídas as responsabilidades aos atores competentes com vistas a dar continuidade ao acompanhamento do discente na instituição. No encontro seguinte, são apresentadas ao grande grupo os encaminhamentos realizados a partir das demandas identificadas e, se necessário, são reavaliadas as ações com o intuito de assegurar o direito à aprendizagem e minimizar os índices de reprovação, retenção e evasão dos discentes no *Campus*.

O acompanhamento dos discentes com necessidades de adaptações curriculares, como no caso daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, é de responsabilidade partilhada entre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a Coordenação de Assistência Estudantil e a Coordenação Pedagógica. Identificada a necessidade do discente, as equipes atuarão junto ao NAPNE no encaminhamento das adaptações que podem ser de organização dos espaços, relativas aos conteúdos ministrados, à metodologia de ensino, às atividades de avaliação ou, ainda, ao tempo de integralização do curso.

Por fim, cabe destacar que o acompanhamento pedagógico dos discentes do IFRS - *Campus* Rio Grande é realizado a partir de um trabalho integrado e cooperativo entre os diferentes envolvidos e de acordo com os princípios éticos que orientam a conduta e a formação de cada um dos profissionais que compõem as equipes responsáveis por esses encaminhamentos.

6.18 Articulação entre o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) integra a Política de Ações Afirmativas do IFRS, Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014. Um dos objetivos específicos dessa resolução é “XII – discutir, pesquisar e promover práticas educativas sobre as diversidades de gênero e sexual, com enfrentamento do sexismo, homofobia e todas as variantes de preconceitos”[2]. Os NEPGSs foram instituídos por uma política de ações afirmativas do IFRS que pretende garantir o debate sobre as questões de gênero e sexualidade nos *Campi*, o que o Núcleo tem exercido de maneira eficiente desde sua instituição.

É de extrema relevância em nossa sociedade contemporânea discutir maneiras de combate à homofobia, ao machismo e ao preconceito, promovendo o respeito às diferenças e debatendo sobre solidariedade e justiça social, compromissos fundamentais da Educação. Sendo assim, a escola firma-se como um dos fóruns privilegiados para fomentar a conscientização e promover esse debate tão pertinente.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena (NEABI) do *Campus* Rio Grande é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à temática das identidades e relações étnico raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

Com vistas à multidisciplinaridade e com apoio da comunidade acadêmica, o NEABI será responsável pela promoção e pela realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à temática; pela proposição de ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos seus aspectos étnico-raciais; pela implementação de projetos de valorização e reconhecimento dos sujeitos negros e indígenas no contexto do *Campus*; pela proposição de discussões que possibilitem o desenvolvimento de conteúdos curriculares, extracurriculares e pesquisas com abordagem multi e interdisciplinares

sobre a temática; pela colaboração em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica no *Campus*; pela organização de espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais e, por fim, por representar o *Campus* em eventos ou movimentos sociais que envolvam questões relacionadas às culturas afrobrasileira e indígena.

O Núcleo de Atendimentos a Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) integra a Política de Ações Afirmativas do IFRS, Resolução Nº 022, de 25 de fevereiro de 2014 e é regulamentado pela Resolução Nº 020, de 25 de fevereiro de 2014. Os NAPNEs têm, entre seus vários objetivos: I - incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição; promover quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais no *Campus* e, IV - participar do Ensino, Pesquisa e Extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social.

Nesse sentido o Núcleo, dentro do *Campus*, atua diretamente para implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) garantindo, assim, a plenitude de seus direitos (Capítulo IV da Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015). Esse trabalho é realizado através da instrumentalização dos PNEs e da articulação com a equipe (docentes e técnicos) no sentido de prestar suporte técnico e pedagógico necessário à formação humana e profissional desses indivíduos, primando sempre pela construção de sua autonomia.

Dessa maneira, o NEPGS, o NEABI e o NAPNE pretendem fomentar espaços de formação educativa que privilegiem a construção coletiva e harmoniosa do conhecimento em parceria com os movimentos sociais, com os grupos de pesquisas constituídos nas instituições de Educação Superior da cidade e da região, bem como em nosso *Campus*, procurando sempre amparar suas práticas às orientações pedagógicas dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

No empenho em responder às demandas decorrentes desse compromisso, a capacitação dos servidores revela-se de extrema pertinência, uma vez que o compromisso com a qualidade da educação de nossa Instituição impulsiona nosso olhar para os discentes. Assim, a necessidade de fortalecer, promover e garantir a formação continuada dos nossos docentes e técnicos impulsiona as ações desta Instituição em todos os seus setores.

Dentre essas atividades educativas, constam o planejamento permanente de capacitação e espaços de discussão para docentes e técnicos a fim de colaborar como a aproximação entre as políticas públicas desenvolvidas pelos Núcleos e as práticas da

comunidade escolar não somente no contexto acadêmico, mas também na sociedade em que vivemos. O trabalho de capacitação, além de qualificar os profissionais, multiplica saberes através de ações concretas, possibilitando o desempenho do seu papel social na comunidade em que se insere.

Cabe ressaltar que as atividades propostas pelos Núcleos deverão integrar o cronograma do calendário acadêmico deste *Campus* para que possam contar com o apoio fundamental de todos os membros que compõem os mais diversos setores.

Por fim, proporcionar espaços de reflexão, de trocas de experiência, de escuta e de problematização das práticas educativas fomentam uma cultura coletiva de aprendizado, de respeito, de empatia e de cuidado com o próximo – modos de agir tão preciosos quanto fundamentais no âmbito escolar e na vida em sociedade.

6.19 Colegiado do Curso

No IFRS - *Campus* Rio Grande, o colegiado de curso é regulamentado pela Organização Didática do IFRS, aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017.

O Colegiado de Curso é um órgão normativo e consultivo, que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador de Curso, por todos os docentes em efetivo exercício que ministram aulas nos componentes curriculares que compõem a estrutura curricular do curso, por um técnico-administrativo do Setor de Ensino do *Campus* e por um representante do corpo discente.

6.20 Quadro Pessoal

O quadro de pessoal envolvido com o curso Técnico em Enfermagem é composto por docentes de Educação Profissional, bem como por técnicos de diferentes setores do *Campus*, responsáveis pelo oferecimento dos serviços essenciais para a manutenção das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

6.20.1 Corpo Docente

PROFESSORES QUE ATUAM NO CURSO	QUALIFICAÇÃO	REGIME
Carla Godinho Duarte	Mestrado	40 h DE
Carla Luciane Borges	Mestrado	40 h DE
Roberta Antunes Machado	Mestrado	40 h DE
Vanessa Franco de Carvalho	Doutorado	40h DE

6.20.2 Corpo Técnico-Administrativo

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM NO CURSO*	ÁREA DE ATUAÇÃO NO CAMPUS
Abrilino Chagas Fontoura	Direção Geral
Adriano Barbosa Mendonça	Coordenação de Compras e Contratos
Alessandra Ruiz Trevisol	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Alexandre da Motta	Coordenação de Infraestrutura
Aline Simões Menezes	Coordenação de Assistência Estudantil
Ana Silvia Pereira Vidal	Direção Geral
Anderson Alexandre Costa	Coordenação de Administração Escolar
Andréa Bulloza Trigo Passos	Coordenação de Gestão de Pessoas
Artur Freitas Arocha	Direção de Ensino
Bernardo Santana Toledo	Coordenação de materiais e equipamentos
Bianca da Silva Marques	Direção de Ensino
Carina Nogueira de Jesus	Direção de Ensino
Carla Regina André Silva	Núcleo de Atenção à Saúde
Carlos Eduardo Nascimento Pinheiro	Direção de Ensino
Caroline da Silva Ança	Direção de Ensino
Celso Luis Freitas	Coordenação de Compras e Contratos
Cíntia Duarte Mirco da Rosa	Direção de Desenvolvimento Institucional
Daiana Silveira da Cruz	Coordenação de Assistência Estudantil
Derlain Monteiro de Lemos	Coordenação de Tecnologia da Informação
Dóris Fraga Vargas	Biblioteca
Eliza Terres Camargo	Coordenação de Infraestrutura
Eva Regina Amaral	Biblioteca
Fabio Luiz da Costa Carrir	Coordenação de Tecnologia da Informação
Fábio Rios Kwecko	Coordenação de Administração Escolar
Fábio Rosa da Silveira	Direção de Ensino
Fernando Ritiéle Teixeira	Direção de Ensino

Franciele Soter Dutra	Coordenação de Gestão de Pessoas
Francisco Jose Von Ameln Luzzardi	Coordenação de Infraestrutura
Gabriela Garcia Torino	Núcleo de Atenção à Saúde
Gabriela Luvielmo Medeiros	Coordenação de Administração Escolar
Gislaine Silva Leite	Secretaria de Extensão, Pesquisa e Inovação
Gustavo de Castro Feijó	Coordenação de Tecnologia da Informação
Henriette de Mattos Pinto	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Ionara Cristina Albani	Coordenação de Assistência Estudantil
Isabel Castro Duarte	Direção de Desenvolvimento Institucional
Jerônimo Silveira Maiorca	Coordenação de Materiais e Equipamentos
João Augusto de Carvalho Ferreira	Direção de Ensino
Josiane Silva da Silva	Biblioteca
Joyce Alves Porto	Coordenação de Compras e Contratos
Juçara Nunes da Silva	Coordenação de Infraestrutura
Laís Cirne Ávila da Fonseca	Secretaria de Extensão, Pesquisa e Inovação
Larissa Vanessa Wurzel	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Leandro Amorin Elpo	Coordenação de Assistência Estudantil
Leandro Pinheiro Vieira	Auditoria
Letícia Jerônimo Pereira	Coordenação de Assistência Estudantil
Livia Ayter Santos	Coordenação de Gestão de Pessoas
Loraine Lopes da Silva	Direção de Desenvolvimento Institucional
Lúcia Helena Mendes Borges	Gabinete da Direção
Luis Fernando Espinosa de Farias	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Luis Fernando Oliveira Lopes	Direção de Ensino
Luiz Eduardo Nobre dos Santos	Coordenação de Assistência Estudantil
Nilza Costa de Magalhães	Núcleo de Atenção à Saúde
Núbia Rosa Baquini da Silva Martinelli	Gabinete da Direção
Patricia Teixeira Monteiro	Secretaria de Adm. escolar
Patrícia Zenobini Fossati	Coordenação de Gestão de Pessoas
Patrick Pereira de Mattos	Coordenação de Tecnologia da Informação
Paulo Edison Rubira Silva	Direção de Ensino
Paulo Roberto Garcia Dickel	Coordenação de Materiais e Equipamentos
Priscila de Pinho Valente	Secretaria de Extensão, Pesquisa e Inovação
Roberto Russell Fossati	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Rodrigo Costa Fredo	Coordenação de Tecnologia da Informação
Rômulo da Silva Ferreira	Coordenação de Materiais e Equipamentos
Rosane Soares de Carvalho Duarte	Coordenação de Compras e Contratos
Rosilene D'Alascio D'Amoreira	Núcleo de Atenção à Saúde
Silvana Barbosa Costa Garcia	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Sylvio Luiz de Andrade Coelho	Direção de Ensino
Taisson Ibeiro Furtado	Secretaria de Extensão, Pesquisa e Inovação
Thaís de Oliveira Nabaes	Direção de Ensino

Thiago dos Santos da Fonseca	Direção de Ensino
Vinícius Chagas de Oliveira	Coordenação de Administração Escolar
Vítor Vieira Nunes	Coordenação de Assistência Estudantil
Veloir Antônio dos Santos	Coordenação de Materiais e equipamentos
Walter Fernando Souza Ferreira	Direção de Administração
William Pinheiro Freitas	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira
Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	Coordenação de Compras e Contratos

*Entendemos que todos os técnicos administrativos atuam, de forma direta ou indireta, nos cursos ofertados pelo IFRS – *Campus* Rio grande.

6.21 Certificados e Diplomas

O diploma de Técnico em Enfermagem será emitido ao discente que concluir os quatro semestres que compõem o Curso Técnico em Enfermagem. Após receber o diploma de Técnico em Enfermagem, o profissional poderá requerer, junto ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN), registro para atuar como Técnico em Enfermagem em qualquer instituição pública ou privada do país, desde que atendidas às disposições contidas na Lei 7.498/86 (Lei do Exercício Profissional e Decreto nº 94.406/87, que regulamenta o exercício profissional).

Obs: No diploma deverá constar o eixo tecnológico: ambiente e saúde e o número do cadastro do IFRS - *Campus* Rio Grande no Sistec, de acordo com o artigo 22 §2º da Resolução CNE/CEB nº06, de 20 de setembro de 2012, que determina: “§ 2º É obrigatória a inserção do cadastro do Sistec nos diplomas e certificados de concluintes de curso técnico de nível médio ou correspondentes qualificações e especializações técnicas de nível médio, para que os mesmos tenham validade nacional para fins de exercício profissional”.

6.22 Infraestrutura

Quantidade	Material
Sala 301 – Sala de Aula	
1	Ventilador de Teto
1	Quadro branco, retangular, laminado
1	Tela retrátil de projeção
1	Mesa do docente, retangular, bege
2	Mesa retangular para cadeirantes

11	Cadeiras com braço em bom estado
Sala 302 - Sala de permanência dos docentes de enfermagem	
1	Quadro verde, retangular
2	Armário bege, baixo, 2 portas, 1 prateleira
1	Armário bege, de aço arquivo, com 4 gavetas
5	Mesa bege, em L
1	Mesa redonda para reunião
6	Cadeira de escritório, estofada, preta, com rodas e braços
2	Cadeira estofada de escritório, azul, com rodas e braços
5	Microcomputador Dell (Optiplex 7010)
5	Monitor LCD – Dell
5	Teclado Dell Keyboard KB 212-B
1	Telefone sem fio Intelbras Ts40
1	Apoio para pés ajustável
1	Ventilador de Teto
1	Ar condicionado de parede – Air Master
2	Notebook Dell Inspiron 1112640
1	Computador interativo Urmet/Daruma MEC/FNDE
1	Notebook Hp
1	Filmadora HD modelo DC 115
1	Impressora Samsung
SALA 311	
1	Cadeira fixa
1	Mesa do docente, retangular, bege
1	Quadro branco, retangular, laminado
1	Projetor Multimídia EPSON
1	Tela retrátil de projeção

1	Armário de madeira com teclado, mouse, computador e caixas de som
22	Cadeiras com braço em bom estado
2	Ventilador de Teto
Copa da Enfermagem	
1	Cadeira fixa, estofada, preta
3	Cadeira fixa, estofada, azul
1	Mesa redonda, cinza
2	Armário azul, alto, com uma porta
1	Armário bege, alto, com duas portas
1	Balcão de pia, com duas portas e gavetas + pia em alumínio
Sala do Geosaúde	
3	Cadeira fixa, estofada, preta
4	Mesa retangular, bege
1	Mesa azul, retangular com duas gavetas
1	Armário azul, alto, com uma porta
1	Armário bege, alto, com três portas
3	Microcomputador
3	Monitor LCD
3	Teclado/mouse
4	Estabilizador
Laboratório de Enfermagem	
3	Armário bege com 2 portas, 3 prateleiras e chave
1	Manequim simulando torso feminino ou masculino adulto
2	Manequim simulador de reanimação cardiopulmonar
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Pelve feminina
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Sistema Circulatório
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Sistema Digestório
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Sistema Respiratório

1	Modelo anatômico para fins didáticos: Sistema Urinário
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Corte Mediano
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Fases da Gravidez
1	Modelo anatômico para fins didáticos: Composto por arcada dentária
1	Modelo pélvico do aparelho reprodutor feminino
1	Esqueleto humano, marca anatômica Faurg
1	Simulador de Parto, Faurg
1	Pulmão transparente, Faurg
1	Seio na Prancha
1	Detector Fetal, Faurg
1	Olho Humano, Faurg
1	Modelo anatômico (corte de pele em bloco)
1	Modelo anatômico (Aparelho reprodutor feminino)
1	Modelo anatômico (peniano, na cor morena, no formato natural)
1	Modelo anatômico (corte do rim básico, com glomérulos)
1	Modelo anatômico para fins didáticos: bebê de treinamento
1	Modelo anatômico para fins didáticos: sistema Urinário
1	Mama para auto-exame
1	Mini kit fetal, tipo boneco de borracha
1	Boneco TZJ, Faurg
1	Coração Humano, confeccionado em resina plástica
1	Prancha de emergência para estabilizar a coluna
1	Mesa auxiliar com rodízios, cor branca
1	Hamper com 3 rodízios
1	Medidor de Pressão arterial, coluna de mercúrio
1	Armário alto de madeira, com 2 portas com dobradiças
1	Cadeira de rodas dobrável, adulto, apoio para pés
1	Suporte para soro, com haste de altura regulável

1	Inalador/nebulizador, filtro de ar removível
1	Mesa refeição no leito simples
1	Balança para adulto com escala antropométrica
1	Mesa de cabeceira, tipo criado mudo com 1 gaveta
1	Cama de recuperação articulável
1	Maca hospitalar
1	Balança digital, pediátrica, capacidade 15 kg
1	Poltrona reclinável, para descanso, com braços estofados
1	Banco para descanso com pés, estofado
1	Escada com 2 degraus, em inox
1	Quadro didático, em acrílico branco
1	Balança portátil, capacidade 130 kg
25	Cadeira plástica empilhável, modelo giorgia
3	Braçadeira para injeção, com base de apoio em alumínio
1	Armário Vitrine em ferro, com 2 portas e prateleiras
2	Secador de cabelo, modelo siccare II
7	Esfigmomanometro, adulto, marca Missouri
1	Prancha de anatomia: Sistema Esquelético I
1	Prancha de anatomia: Sistema Esquelético II
1	Prancha de anatomia: Sistema Muscular
1	Prancha de anatomia: Sistema Nervoso
1	Prancha de anatomia: Sistema Respiratório
1	Prancha de anatomia: Sistema Circulatório
1	Prancha de anatomia: Sistema Urinário
1	Prancha de anatomia: Sistema Linfático
1	Prancha de anatomia: Sistema Endócrino
1	Prancha de anatomia: Sistema Tegumentar
1	Prancha de anatomia: Sistema Reprodutor Feminino

1	Prancha de anatomia: Sistema Reprodutor Masculino
1	Prancha de anatomia: Sistema Sensorial
1	Prancha de anatomia: Ciclo de Vida I
1	Prancha de anatomia: Ciclo de Vida II
1	Prancha de anatomia: Célula
1	Laringoscópio adulto, com 3 lâminas retas em latão
1	Colchão anti-escaras solteiro, antialérgico
1	Colchão solteiro forrado com napa
6	Enciclopédia multimídia (CD) / corpo humano
5	Manual do técnico e auxiliar de enfermagem
4	Boneca modelo tira chupeta do Gugu, corpo e membros
1	Cilindro de oxigênio, pesando 10 kg, 3 litros
2	Muleta canadense, confeccionada em alumínio, braço
10	Aparelho de pressão (esfigmomanômetro), adulto
1	Aparelho de reanimação manual, adulto
1	Eletrocardiógrafo
19	Banqueta alta de aço cromado e assento estofado
1	Ventilador de Teto, 110v
1	Biombo duplo, com rodízio, estrutura tubular
	Material hospitalar variado de consumo para realização das práticas de enfermagem
Banheiro	
1	Vaso sanitário branco
1	Pia de louça branca

São disponibilizados ainda, aos discentes e aos servidores, pontos de acesso à internet, bem como acesso à rede wireless para aqueles que possuem notebooks e demais dispositivos móveis. O *Campus* também conta com serviços de tecnologias de informação e comunicação, como: o sistema da biblioteca, o sistema acadêmico e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): *MOODLE*.

Por meio do sistema da biblioteca (ARGO) a comunidade acadêmica pode ter acesso aos livros da bibliografia básica e complementar do curso, bem como a outros serviços tais como: consulta a livros disponíveis, histórico de empréstimo, reservas, etc. Na biblioteca também são disponibilizados alguns computadores com acesso à internet para os discentes.

No sistema acadêmico do IFRS são informatizadas as atividades acadêmicas do curso relativas à realização da matrícula, disponibilização de notas, acesso à documentação, histórico escolar, inscrição em eventos, entre outros.

A plataforma de ensino *MOODLE* é utilizada como ferramenta de comunicação entre docentes e discentes no contexto de cada componente curricular, e é possível, por meio dela, enviar, receber e avaliar trabalhos.

Através dos computadores do IFRS os discentes têm acesso ao portal de periódicos da Capes; através desse portal os discentes podem acessar os principais periódicos da área. Além disso, alguns periódicos estão disponíveis na forma impressa na Biblioteca do IFRS.

Além das instalações específicas para o curso, o *Campus* Rio Grande possui áreas de uso comum como o Ginásio de Esporte Prof. Mário Alquati, o miniauditório e o Anfiteatro Earle Barros.

7. Casos Omissos

Os casos omissos serão analisados, em primeira instância, pelo colegiado do curso. Havendo necessidade, os casos serão encaminhados à Direção de Ensino e à Coordenação Pedagógica, bem como ao Conselho de *Campus* do IFRS - *Campus* Rio Grande, quando as demais instâncias julgarem necessário.

Referências

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande**: uma abordagem histórico-historiográfica. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1997.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro** - os prazeres de uma cidade. Sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande). Rio Grande: Editora da FURG, 2001.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 94.406, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL / MEC-SETEC. **Princípios norteadores das engenharias nos Institutos Federais**. Brasília, Outubro de 2008.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: SETEC/MEC, 3ªed. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais**. Brasília: MEC, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN n.1, de 10 de abril de 2019. Solicita carga horária mínima igualitária para estágios de cursos técnicos de enfermagem para todos os estados da federação.

Conselho Federal de Enfermagem. Enfermagem em Números. Pesquisa COFEN 05/2020.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Aprovado pelo Conselho Superior pela Resolução nº 84/ 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Organização Didática do IFRS. Aprovada pelo Conselho Superior pela Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Projeto Pedagógico do IFRS. Aprovado pelo Conselho Superior pela Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011.

LAMB, F. **Automação industrial na prática**. Porto Alegre: AMGH, 2015.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Engenharia, Rio Grande: História & algumas histórias**. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1882**. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Anexos

ANEXO 1

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

NORMAS GERAIS

Finalidades, Aplicações e Objetivos do Laboratório de Enfermagem (LE)

I – Finalidades e Aplicações

Este regulamento aplica-se a todos os usuários do laboratório: docentes, discentes de ensino técnico e também àqueles que não estejam diretamente ligados mas que tenham acesso autorizado.

O LE tem como função principal servir como espaço para os estudantes desempenharem em situações simuladas as ações de cuidado que compõem o seu fazer, de forma a adquirir habilidades e a desenvolver técnicas antes de estarem diante de situações reais envolvendo seres humanos.

O LE do curso comporta a infraestrutura mínima para atender as necessidades teórico e práticas dos componentes curriculares, atendendo as orientações do Catálogo Nacional dos Cursos.

II – Objetivos

1. Promover ambiente adequado ao discente para o desenvolvimento de habilidades psicomotoras e cognitivas através de ensaios laboratoriais;
2. Proporcionar recursos didático-pedagógicos adequados à realização de atividades práticas de ensino;
3. Diminuir o impacto psicológico do discente na execução de técnicas e procedimentos pela primeira vez junto à pessoa, minimizando suas dificuldades iniciais;
4. Proporcionar ensino prático a partir do uso de equipamentos que simulem situações reais; e
5. Proporcionar aos discentes e aos docentes um campo para o aperfeiçoamento de técnicas de enfermagem.

Pessoal, Atribuições e Responsabilidades

I - **Pessoal:** Professores que ministram aulas no LE.

Carla Godinho Duarte	Professora e Coordenadora do Curso
Carla Luciane dos Santos Borges	Professora
Roberta Antunes Machado	Professora
Vanessa Franco de Carvalho	Professora

II - Atribuições e Responsabilidades dos Docentes

1. Cumprir rigorosamente as normas estabelecidas neste regulamento, orientando os usuários sobre o uso correto dos recursos, e notificar imediatamente eventuais infrações;
2. Manter o laboratório em condições adequadas de uso e funcionamento, zelando pela manutenção dos equipamentos, limpeza e organização do ambiente. Após o término das aulas, recolher os materiais utilizados nos locais determinados, deixar as bancadas limpas, organizadas, banquetas no lugar, janelas fechadas e as luzes apagadas;
3. Manter o controle dos bens patrimoniais, zelando pelo seu uso adequado e sua conservação;
4. Requisitar aos setores competentes materiais e equipamentos necessários à execução das atividades pertinentes ao laboratório (consumo, material e equipamento), fazendo registro de uso da entrada e/ou retirada de equipamentos;
5. Providenciar a organização e o controle do descarte de rejeitos gerados no LE;
6. Observar e monitorar normas de biossegurança;
7. É proibido fumar no laboratório;
8. É proibida a ingestão de qualquer alimento ou bebida no laboratório, exceto água em garrafas com tampa;
9. Durante a permanência no LE, usar EPIs, vestimenta de acordo com orientação do docente, o que pode incluir: jaleco de mangas compridas, calça comprida, sapato fechado, e manter cabelo amarrado.
10. Restringir a entrada de pastas, bolsas e mochilas, indicando aos discentes o local adequado para deixá-los.
11. Zelar pelo bom funcionamento do laboratório, pela segurança dos seus usuários e pela preservação do patrimônio;

12. Ser responsável pela execução das aulas práticas de seu conteúdo/componente curricular, orientação e atitudes dos discentes durante o acesso ao laboratório;

13. Dar o suporte didático necessário aos discentes no uso de materiais no ambiente do laboratório e durante a execução de procedimentos técnicos; e

14. Orientar os discentes na primeira aula prática do componente curricular do usuário do laboratório, quanto às normas de utilização do espaço, e esclarecer dúvidas em relação aos procedimentos que deverão ser adotados.

III - Atribuições e Responsabilidades dos Discentes

1. Cumprir as normas estabelecidas neste regulamento;

2. Permanecerem sob a supervisão do docente ao desenvolver suas atividades;

3. É proibido trabalhar sozinho no laboratório fora do horário administrativo e em finais de semana e feriados;

4. Assumir postura e comportamento adequado ao bom funcionamento do laboratório, principalmente em relação às normas de segurança e organização do espaço;

5. Colaborar com o docente na organização do material de consumo e do espaço do LE;

6. Desligar ou colocar os aparelhos celulares no modo silencioso para não atrapalhar o andamento da aula;

7. Descartar corretamente os rejeitos (luvas e materiais de procedimentos) produzidos durante as aulas práticas;

8. Durante a permanência no LE, usar EPIs, vestimenta de acordo com orientação do docente, o que pode incluir: jaleco de mangas compridas, calça comprida, sapato fechado, e manter cabelo amarrado.

9. Não utilizar o jaleco em outras dependências da instituição; e

10. Colocar seus pertences (mochilas, cadernos) em local indicado pelo docente.

Acesso, Permanência e Utilização

1. O acesso à chave ao LE será restrito aos docentes do Curso;

2. Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer com a porta trancada. Isso se aplica não somente ao final do período diurno, quando não há mais aulas, mas também durante o dia na ausência de um docente;

3. O LE terá como horário de funcionamento: segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e/ou conforme as demandas definidas pelo curso, e ocasionalmente aos sábados; e
4. O discente que tiver interesse de utilizar o LE para realização de atividades de ensino, pesquisa ou extensão deve realizar agendamento com, no mínimo, 24h de antecedência com o responsável pelo espaço.

Conduta e Atitudes

1. É proibido o uso de aparelho de som (MP3, celular, entre outros) no LE para fins que não sejam didáticos;
2. É proibido o acesso ou permanência de pessoas não autorizadas ao laboratório;
3. Deve-se evitar desperdício dos produtos de consumo e EPIs durante as aulas práticas;
4. Descartar os resíduos produzidos durante as aulas práticas nos locais apropriados dentro do laboratório, como descarpac ou coletores de lixo;
5. Fica vedado o empréstimo de qualquer material (equipamentos ou peças anatômicas), sem o devido registro em Ata para o controle adequado;
6. Deve-se evitar condutas como falar alto, usar linguagem inadequada ou desrespeitosa com colegas, docentes, técnicos e perturbar o ambiente com brincadeiras;
7. Deve-se sempre tomar todas as precauções necessárias ao manusear qualquer objeto cortante, incluindo seringas e agulhas, lâminas, fios e bisturis; e
8. Não sentar sobre bancadas, cama, sofá e macas.

ANEXO 2

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1. OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao discente o desempenho da prática de Enfermagem em situações reais da vida e de trabalho, associando os conhecimentos científicos e teóricos apreendidos no decorrer do curso. Oferecer ao discente a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações interpessoais e administrativas que se estabelecem no mundo de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social do exercício de sua futura profissão.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar habilidade técnica no desempenho da prática de Enfermagem, embasando-a no conhecimento teórico adquirido;
- Compreender e implementar o processo de cuidar, em todas as fases do desenvolvimento humano e nos diferentes serviços de saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
- Estabelecer relacionamento com a equipe de enfermagem, com a Instituição e com o usuário, família e comunidade;
- Conhecer e respeitar o Código de Ética de Enfermagem, bem como as demais legislações que compõem o exercício profissional;
- Conhecer o Sistema Único de Saúde e os modelos de atenção vigentes; e
- Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população.

2. ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

2.1 NORMATIZAÇÃO

O estágio curricular supervisionado deve ser desenvolvido com supervisão constante de um docente do curso Técnico em Enfermagem do IFRS - *Campus* Rio Grande, em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática ao discente e que tenham condições para seu acolhimento.

As instituições concedentes de campo de estágio curricular supervisionado devem contar com a efetiva participação do responsável técnico da área da enfermagem, ou seja, coordenador do curso Técnico em Enfermagem, na regulamentação e operacionalização dos estágios, quanto aos procedimentos a serem adotados pelas instituições, em especial, no que diz respeito à:

- proporcionalidade do número de estagiários por unidade de assistência, segundo a natureza da atividade exercida e o nível de complexidade do usuário;
- atenção às normas institucionais, tais como: identificação do discente, disciplina, sistema de comunicação entre instituição de ensino e instituição concedente; e
- documentação necessária para efetivação do estágio.

Toda documentação necessária para realização dos estágios deve ser operacionalizada pela Coordenação de Relações Empresariais (CORE), incluindo o seguro de acidentes pessoais. A coordenação do curso técnico em enfermagem contribui na efetivação desse processo. Em caso de acidente com material biológico, seguir o fluxo preconizado por cada serviço de saúde e manter informada a coordenação do curso.

2.2 FREQUÊNCIA

- É exigida a frequência de 75%; justificativa e abono de falta seguirão o descrito na OD (art. 153, 154, 155 e 156).

OBS: as justificativas, no entanto, não têm poder de abono de faltas, segundo legislação vigente, estando o discente sujeito à perda de pontuação em avaliação, uma vez que o discente que não comparecer ao estágio deixa de vivenciar experiências necessárias para sua formação, comprometendo seu processo ensino-aprendizagem.

Em caso de reprovação por faltas, independentemente da justificativa, o estágio deverá ser refeito no semestre correspondente.

2.3 APROVAÇÃO

- Será considerado aprovado, para efeito do Estágio Curricular Supervisionado, o discente que obtiver:

- Aproveitamento de 50% da pontuação total do estágio (10 pontos), referentes às atividades propostas pelos docentes do curso.

A avaliação do desempenho no Estágio Curricular tem como embasamento a “Ficha de Avaliação de Estágio” composta por diversos critérios, aos quais são atribuídos valores que ajudam a expressar um resultado numérico final. Os objetivos, bem como a metodologia, a avaliação e os procedimentos utilizados em relação à recuperação paralela devem estar expressos no plano de ensino e de acordo com os princípios e normas do IFRS.

Portanto, para que o discente obtenha a aprovação em estágio, a média final (MF) não deve ser inferior a 5,0 (cinco) e a frequência deve ser maior ou igual a 75% no componente curricular de Estágio.

Os critérios de avaliação estão estabelecidos na ficha de avaliação de estágio e são levados ao conhecimento do discente antes do início das atividades de estágio. A avaliação de desempenho do discente é realizada ao longo de todo período de realização do estágio, de forma processual, gradativa e contínua, buscando oportunizar o crescimento no decorrer do processo.

2.4 LOCAIS

- O estágio será desenvolvido em hospitais e outras instituições de saúde, como Unidades de Atenção Primária e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), obedecendo à carga horária de 405 horas / (486h/a) estabelecida na matriz curricular do curso e respeitando os horários das instituições concedentes.

3 DISPOSIÇÕES PARA OS DISCENTES

Durante a realização do estágio curricular supervisionado, o discente deverá observar/cumprir as seguintes determinações:

3.1 CONDUTA:

- Manter a ordem e a disciplina no local de realização do estágio, conforme normas internas da instituição concedente e do curso Técnico em Enfermagem;
- Evitar manifestações barulhentas em qualquer recinto da instituição;

- Respeitar os horários e as normas estabelecidas na instituição concedente em relação à prestação dos cuidados de enfermagem;
- Não se ausentar do campo de práticas durante o horário de atividades, salvo quando autorizado pelo docente;
- Se não for possível comparecer no campo de estágio na data prevista, o discente deverá comunicar o docente, para que a dinâmica de estágio possa ser reorganizada;
- Lanchar em local indicado e horário autorizado pelo docente;
- Evitar atrasos para o início das atividades de estágio; caso aconteça por motivos justificáveis, desde que não rotineiros, o limite tolerado será de 10 minutos;
- Evitar a saída antes do final do horário estipulado para o campo de estágio, uma vez que o discente e o docente assumem responsabilidades que não devem ser repassadas à equipe de trabalho;
- Preferencialmente, não agendar consultas (particulares) e compromissos no horário de estágio;
- A permanência no campo de estágio pode extrapolar, ocasionalmente, o horário estipulado, em virtude de eventualidades diante das atividades;
- Recusar qualquer tipo de gratificação pelo trabalho prestado em campo de estágio;
- Portar aparelho celular desligado ou no modo silencioso. Quando houver necessidade de manter o celular ligado durante o período de estágio, o docente deve ser comunicado com antecedência.
- Não visitar amigos e familiares durante o horário de estágio;
- É extremamente proibido: fumar, consumir bebidas alcoólicas, usar drogas ilícitas, dentre outros, nas dependências da instituição concedente e durante o período de permanência no estágio. A violação do exposto implicará o impedimento da permanência no estágio e tomada de providências;
- Qualquer reclamação, solicitação ou reivindicação deverá ser dirigida diretamente ao docente do campo de estágio, que fará os devidos encaminhamentos;
- Respeitar o sigilo e a confidencialidade dos atos, fatos e documentos de qualquer natureza de que venham ter conhecimento no decorrer do estágio, sujeitando-se a responder judicialmente pela infração que vier a praticar, na forma da Lei;
- Respeitar os preceitos éticos da profissão, bem como realizar as atribuições previstas na Lei do Exercício Profissional;
- Desempenhar suas atividades com atenção e responsabilidade, evitando erros técnicos; caso estes ocorram, serão analisados pelas instituições envolvidas;

- Estar disposto a cumprir com as solicitações referentes às atividades de estágio feitas pelo docente;
- Não realizar atividades solicitadas por profissionais que atuam na instituição concedente sem antes ter a permissão do docente;
- Interromper imediatamente sua atividade no estágio, se o docente solicitar; e
- Não tirar fotos dentro das dependências da instituição concedente (incluindo pessoas, documentos ou estrutura física) tampouco veicular informações e imagens relativas ao estágio nas redes sociais.

3.2 APRESENTAÇÃO PESSOAL

- Estar com unhas curtas e esmalte íntegro;
- Estar com a barba bem feita ou aparada (discentes do sexo masculino)²;
- Estar com os cabelos presos, podendo usar maquiagem discreta/suave;
- É proibido o uso de adereços/adornos. Conforme orientações da CCIH (Comissão de Controle e Infecção Hospitalar) das Instituições de Saúde e NR 32³ são considerados adornos⁴: alianças, anéis, pulseiras, relógios de uso pessoal, colares, brincos, broches, piercings expostos, gravatas e crachás pendurados com cordão;
- Portar, obrigatoriamente e em local visível, crachá de identificação de acordo com a exigência da instituição concedente. Caso não exista modelo definido pela instituição concedente, usar o crachá do IFRS - *Campus* Rio Grande;
- Usar roupas adequadas, respeitando o pudor. Não é permitido o uso de bermudas, saia curta, blusa ou camiseta decotada;
- Apresentar-se no campo de estágio usando: jaleco branco de mangas compridas (limpo e bem passado); calça comprida sem ser transparente; sapatos fechados e de material resistente. Caso o discente deixe de se apresentar adequadamente no campo de estágio, o docente tem autonomia de suspendê-lo daquele dia de estágio, atribuindo-lhe falta; e
- Comparecer no campo de estágio com material de bolso completo (caneta azul ou preta, lápis, borracha, termômetro, garrote, relógio de ponteiro, tesoura e caderneta para anotações), exceto quando o docente dispensar o uso.

3.3 ATRIBUIÇÕES:

²CCIH 2015 - Orientações para Estágio em Ambiente Hospitalar.

³BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº32. Brasília, DF, 2005.

⁴COREN/SC. Parecer COREN/SC Nº004/CT/2016.

- Providenciar a realização das vacinas orientadas pelos professores previamente ao início do estágio;
- Participar integralmente das avaliações, bem como das reuniões convocadas pelo docente do estágio ou pelo colegiado do curso;
- Zelar pelos equipamentos e materiais utilizados durante o estágio;
- Usar equipamentos de proteção individual em todas as situações que os exijam;
- Realizar toda e qualquer atividade com a supervisão do docente, salvo quando for permitido por ele;
- Realizar os registros de enfermagem com precisão, termos técnicos e sem rasuras. Todo registro deve ser, antes, discutido com o docente;
- Realizar as atividades determinadas e/ou discutidas pelo/com o docente; e
- Prestar os cuidados de enfermagem relacionando a teoria à prática, orientados e supervisionados pelo docente;

4. DO COORDENADOR DO CURSO

Caberá ao Coordenador do Curso:

- Ser responsável, junto com os docentes, pelo planejamento e controle do estágio;
- Em conjunto com os docentes de estágio, assegurar as condições referidas (frequência, pré-requisitos e notas) dos discentes para o cumprimento do estágio e formar os grupos de discentes para os respectivos campos de estágio;
- Verificar/analisar as condições dos campos de estágio;
- Elaborar e enviar previamente as escalas, cronogramas, carga horária total, relação de estagiários, e horários para a instituição concedente do estágio;
- Orientar os discentes, em conjunto com os docentes, sobre o planejamento e a estruturação do estágio curricular;
- Promover reuniões de planejamento e avaliação junto à equipe de trabalho;
- Acompanhar a pontualidade e assiduidade dos discentes, bem como o preenchimento das fichas de avaliação por parte dos docentes de estágio;
- Poderá realizar visitas periódicas nos locais de estágio, com o objetivo de avaliar e registrar as atividades, os problemas e as necessidades, assim como propor alternativas;
- Dar suporte às situações de descumprimento das normas estabelecidas neste manual para os docentes; e

- Discutir, com os docentes responsáveis pelos estágios e o setor pedagógico, os critérios para avaliação do estágio curricular.

5. DOS DOCENTES RESPONSÁVEIS PELOS ESTÁGIOS

Caberá aos docentes de estágio:

- Entrar em contato com a Instituição na qual vai estagiar para se apresentar e conhecer as regras do local antes do início do estágio;
- Estar devidamente uniformizado e com adequada apresentação pessoal, segundo padrões estabelecidos, e com o crachá de docente, com identificação do IFRS - *Campus* Rio Grande;
- Realizar supervisão dos discentes durante a realização de toda e qualquer atividade desempenhada no estágio, zelando pelo bem-estar e pela segurança dos usuários que estão sob seus cuidados;
- Realizar o feedback das atividades e/ou procedimentos desenvolvidos com os discentes no campo de estágio, ao final de cada dia de estágio. Quando a dinâmica do estágio não permitir, o diálogo deverá acontecer no início do próximo dia de estágio;
- Analisar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos discentes de forma contínua, orientando-os quando necessário e exigindo as habilidades requeridas para o desempenho em estágio;
- Analisar o desempenho individual do discente ao longo do processo ensino aprendizagem, tendo garantida sua autonomia, enquanto docente, para poder aprovar ou reprovar o discente que não desempenhar as práticas com conhecimento, habilidade e atitude condizentes com as necessidades do usuário e do campo de estágio;
- Registrar diariamente a frequência dos discentes na ficha de avaliação;
- Comunicar quaisquer alterações na condição dos discentes ao coordenador do curso;
- Realizar a avaliação final dos discentes;
- Comparecer às reuniões convocadas a respeito de estágio;
- Incentivar o bom desempenho dos discentes, bem como contribuir para sua melhor qualificação de acordo com os objetivos propostos;
- Colaborar para manter um ambiente agradável e ético, com discentes, equipes multiprofissionais e demais funcionários dos locais de estágios de cada Instituição;
- Zelar pela integridade física dos discentes, prevenindo situações que possam lhes oferecer risco;
- Supervisionar o uso dos EPIs e orientar os discentes quanto às demais medidas de biossegurança;
- Detectar e avaliar as condições do campo de estágio, promovendo a qualidade do estágio;

- Realizar registros rotineiros na ficha de avaliação do discente contemplando: anotações de possíveis intercorrências, atividades que foram realizadas, orientações repassadas ao discente;
- Dar aos discentes, no início do estágio, todas as orientações sobre o estágio;
- Dar ciência imediata ao Coordenador do Curso das intercorrências ocorridas; e
- Zelar pelo uso racional do material de consumo e orientar os discentes quanto a isso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

ANEXO 3

Quadro de Modificações no PPC

- As modificações relativas à matriz curricular estão descritas no Anexo 3: Plano de Trabalho para o Atendimento aos Discentes em Curso - previsão da adaptação curricular para os casos de alteração na matriz curricular.

- Disciplinas foram agrupadas e passam a compor componentes curriculares. Tais modificações estão contidas e explicadas no Anexo 3, e apresentadas no quadro abaixo.

- A carga horária total do curso Técnico em Enfermagem, correspondente a 1800h (1200h de teoria e 600h de estágio) foram transformadas ao todo em 1605 horas / 1926 horas/aula, ficando distribuídas em 1200 horas / 1440 horas/aula de teoria e 405horas / 486horas/aula de estágio. A distribuição das cargas horárias por semestre foi modificada e está descrita no quadro abaixo.

Modificações			
Disciplinas PPC antigo	CH	Componentes curriculares PPC novo	CH
1º semestre		1º semestre	
Educação para saúde	105h	Educação para Saúde	135h - 162h/a
Promoção da biossegurança	45h		
Semiotécnica	120h	Semiotécnica	150h – 180h/a
Informatização do Trabalho	30h	Informatização do Trabalho em	30h –

em Saúde		Saúde	36h/a
Estágio Supervisionado em Semiotécnica	150h	Estágio Supervisionado em Semiotécnica	90h – 108/a
TOTAL: Teórica	300h	TOTAL: Teórica	315h -
Estágio	150h	Estágio	378h/a - 90h - 108h/a
TOTAL	450h	TOTAL	405h-486h/a
2º semestre		2º semestre	
Enfermagem Médica	135h	} Enfermagem Médico-Cirúrgica	285h – 342h/a
Enfermagem Cirúrgica	150h		
Libras	45h	Libras	45h – 54h/a
Estágio Supervisionado em Enfermagem Médica	60h	} Enfermagem Médico-Cirúrgica	75h-90h/a
Estágio Supervisionado em Enfermagem Cirúrgica	60h		
TOTAL: Teórica	330h	TOTAL: Teórica	330h-
Estágio	120h	Estágio	396h/a 75h-90h/a
TOTA:	450h	TOTAL	405h-486h/a

3º semestre		3º semestre	
Enfermagem na Saúde da Mulher	120h		
Enfermagem na Saúde da criança e do Adolescente	120h	Enfermagem materno-infantil	210h-252h/a
Enfermagem em Saúde Coletiva	45h	Enfermagem em Saúde Coletiva	75h-90h/a
Estágio Supervisionado em Obstetrícia	60h	Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-infantil	75h-90h/a
Estágio Supervisionado em Pediatria	60h		
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva	45h	Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva	45h-54h/a
TOTAL: Teórica Estágio	285h 165h	TOTAL: Teórica Estágio	285h-342h/a 120h-144h/a
TOTAL:	450h	TOTAL	405h-486h/a
4º semestre		4º semestre	
Noções de Administração dos Serviços de Saúde	45h		
Assistência de Enfermagem em Saúde Mental	45h	Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental	120h-144h/a
Enfermagem em Saúde Coletiva II	45h		
Enfermagem em Urgências e Emergências	150h	Enfermagem em Urgência e Emergência	150h-180h/a

Estágio Supervisionado em Saúde Mental	30h	Estágio Supervisionado em Enfermagem em Saúde Coletiva e Mental	45h-54h/a
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva II	30h		
Estágio Supervisionado em Urgências e Emergências	105h	Estágio Supervisionado em Enfermagem em Urgência e Emergência	75h-90h/a
TOTAL: Teórica Estágio	285h 165h	TOTAL: Teórica Estágio	270h- 324h/a 120h- 144h/a
TOTAL:	450	TOTAL:	390h- 468h/a
Carga Horária Total Teórica	1200h	Carga Horária Total Teórica	1200- 1440h/a
Carga Horária Total de Estágio	600h	Carga Horária Total de Estágio	405h- 486h/a
Carga Horária Total do Curso	1800h	Carga Horária Total do Curso	1605h- 1926h/a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

ANEXO 4
Plano de Trabalho para o Atendimento aos Discentes em Curso - previsão da adaptação curricular para os casos de alteração na matriz curricular

Roteiro para elaboração de plano de trabalho:

1. Breve Apresentação do curso:

O Curso Técnico em Enfermagem ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *Campus* Rio Grande tem como meta a formação de profissionais capacitados para atender o indivíduo, a família e a comunidade em todos os níveis referentes à saúde: promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. O egresso, denominado “Técnico em Enfermagem”, atua dentro da equipe de saúde multiprofissional, tendo suas atividades embasadas em legislação específica e sob supervisão direta do Enfermeiro.

Ao longo do curso, são realizadas atividades técnicas de complexidade crescente e estágios que acontecem de forma concomitante às etapas teóricas do curso, o que oportuniza que sua formação prime pelo desenvolvimento da capacidade de relacionar teoria e prática compreendendo, assim, a relação de complementaridade que mantêm entre si. É possibilitada ao discente a vivência em diferentes cenários que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de experienciar a prática profissional.

A enfermagem é a maior categoria profissional do campo da saúde no Brasil, é uma profissão que está presente em todos os municípios brasileiros e em todos os serviços de saúde, inseridos fortemente no SUS. Sendo assim, constata-se a importância social que o profissional técnico em enfermagem possui para a construção de um sistema de saúde de qualidade, resolutivo, integral e universal a toda a população que se encontra em solo brasileiro.

Nesse sentido, podemos destacar que os discentes do curso técnico em enfermagem possuem a oportunidade de ter uma qualificação não só profissional, mas também enquanto

cidadãos conhecendo seus direitos e deveres, inseridos desde o início do curso no SUS e, dessa forma, sentindo-se atores sociais ativos na qualificação deste sistema de saúde tão jovem, porém promissor.

2- Justificativa e menção das alterações realizadas;

As justificativas foram realizadas no início do quadro de cada semestre do curso, facilitando seu entendimento.

3- Quadro

Migração de Matriz Curricular- Componentes Equivalentes

1º semestre

Justificativa e menção das alterações realizadas:

1º semestre:

A disciplina Promoção da Biossegurança foi agrupada no componente curricular Educação para Saúde. As disciplinas Semiotécnica e Estágio Supervisionado em Semiotécnica foram mantidas como componentes curriculares do primeiro semestre, com alterações nos objetivos e nas ementas. A disciplina de LIBRAS, agora componente curricular, foi mantida como na matriz curricular anterior.

Componente Curricular Anterior			Componente Curricular Atual		
Denominação do Componente	Objetivo	Ementa	Denominação do Componente	Objetivo	Ementa
Promoção da Biossegurança		Principais grupos bacterianos e virais de interesse clínico. Fundamentos da epidemiologia e controle das infecções determinadas por bactérias e vírus. Métodos de	Educação para Saúde	Contribuir para a geração de conhecimentos referentes à anatomia e à fisiologia do corpo humano, os princípios de biossegurança,	Educação em saúde visando à melhoria da qualidade de vida e à formação de hábitos saudáveis. Estudo sobre o processo de desenvolvimento do ser humano, como ser bio-psico-sócio-

		<p>esterilização, desinfecção e antissepsia. Normas de biossegurança. Medidas de controle de infecção hospitalar. Sistema imune do hospedeiro às infecções por vírus e bactérias. Bases da imunologia nos transplantes. Imunizações. Imunodiagnóstico. Fenômenos de interação parasita-hospedeiro. Impactos sociais determinados pelas doenças causadas por protozoários, helmintos, artrópodes e fungos. Animais peçonhentos de importância médica. Primeiros socorros frente a situações de emergências que exijam tomada rápida e acertada de decisões.</p>		<p>a história da enfermagem e os aspectos éticos inseridos no contexto de saúde.</p>	<p>cultural. Introdução ao estudo do corpo humano, enfocando os diversos sistemas e o funcionamento normal do organismo, bem como a relevância da anatomia e da fisiologia para a enfermagem nas questões relacionadas aos procedimentos. Noções de microbiologia e parasitologia; normas de biossegurança; métodos de esterilização, desinfecção e antissepsia; medidas de controle de infecção hospitalar. Fundamentos da ética. Ética profissional. Conceitos em bioética. Legislação profissional. Processo histórico da enfermagem, sua evolução como ciência e profissão. Noções de administração dos serviços de saúde.</p>
Educação para a Saúde		<p>Educação em saúde visando à melhoria na qualidade de vida e à formação de hábitos saudáveis para a manutenção da saúde individual e coletiva, abordando também a nutrição, a alimentação saudável e</p>	Educação para a Saúde	<p>Contribuir para a geração de conhecimento s referentes a anatomia e a fisiologia do corpo humano, os princípios de biossegurança, a história da enfermagem e</p>	<p>Educação em saúde visando a melhoria da qualidade de vida e a formação de hábitos saudáveis. Estudo sobre o processo de desenvolvimento do ser-humano, como ser bio-psico-sócio-cultural. Introdução ao estudo do corpo</p>

		<p>equilibrada nas diferentes etapas da vida. Enfoque no processo do desenvolvimento humano com ênfase no homem como ser bio-psico-sócio-cultural.</p> <p>Introdução ao estudo do corpo humano, enfocando os diversos sistemas e o funcionamento normal do organismo, bem como a relevância da anatomia para a enfermagem nas questões relacionadas aos procedimentos.</p> <p>Abordagem do processo histórico da enfermagem, sua evolução como ciência e profissão, enfocando o cuidado ao ser humano como razão do exercício profissional.</p> <p>Conhecimento das entidades de classe.</p> <p>Estudo da ética e da bioética aplicadas à enfermagem.</p>		<p>os aspectos éticos inseridos no contexto de saúde.</p>	<p>humano, enfocando os diversos sistemas e o funcionamento normal do organismo, bem como a relevância da anatomia e fisiologia para a enfermagem nas questões relacionadas aos procedimentos.</p> <p>Noções de microbiologia e parasitologia; normas de biossegurança; métodos de esterilização, desinfecção e antisepsia; medidas de controle de infecção hospitalar; . Fundamentos da ética. Ética profissional.</p> <p>Conceitos em bioética. Legislação profissional.Processo o histórico da enfermagem, sua evolução como ciência e profissão.</p> <p>Noções de administração dos serviços de saúde . Direitos Humanos.</p>
Semiotécnica		<p>Enfermagem como prática social. A arte de cuidar e assistir o paciente no processo de promoção, manutenção e recuperação da saúde. Ensino das mais diversas técnicas de cuidado.</p>	Semiotécnica	<p>Prestar assistência de enfermagem, aplicando as técnicas básicas de cuidado ao ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de</p>	<p>Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano, com ênfase nas técnicas básicas de cuidado, visando ao atendimento das necessidades do ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de</p>

		<p>Desenvolvimento de habilidades e aquisição de destrezas.</p> <p>Conceitos básicos de farmacologia.</p> <p>Vias de administração e absorção de fármacos. Inserção do discente no ambiente hospitalar.</p> <p>Admissão e alta do paciente a nível hospitalar.</p> <p>Educação em saúde aos pacientes internados.</p>		<p>biossegurança</p>	<p>biossegurança.</p>
<p>Estágio Supervisionado em Semiotécnica</p>		<p>Demonstração e execução dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes.</p> <p>Ações educativas em saúde.</p> <p>Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.</p>	<p>Estágio Supervisionado em Semiotécnica</p>	<p>Prestar a assistência de enfermagem, aplicando as técnicas básicas de cuidado ao ser humano, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.</p>	<p>Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano, com ênfase nas técnicas básicas de cuidado, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.</p>
<p>Informatização do Trabalho em Saúde</p>	<p>Permitir ao discente o fomento do pensamento crítico bem como a compreensão de conceitos básicos de informática direcionados ao trabalho em saúde através da utilização de</p>	<p>Conceitos básicos de informática, relacionando-os ao mundo do trabalho em saúde.</p> <p>Introdução a Sistemas Operacionais. Uso de microcomputadores para manipulação e compactação de arquivos e diretórios, edição de textos, cálculos</p>	<p>Informatização do Trabalho em Saúde</p>	<p>Permitir ao discente o fomento do pensamento crítico bem como a compreensão de conceitos básicos de informática direcionados ao trabalho em saúde através da utilização de</p>	<p>Conceitos básicos de informática, relacionando-os ao mundo do trabalho em saúde.</p> <p>Introdução a Sistemas Operacionais. Uso de microcomputadores para manipulação e compactação de arquivos e diretórios, edição de textos, cálculos</p>

	computadores para a edição de textos, cálculos em planilhas, criação de apresentações , pesquisa na internet e acesso a correio eletrônico.	em planilhas eletrônicas e criação de apresentações. Navegação web, fontes formais de pesquisa na internet e uso de correio eletrônico. Normas técnicas para edição de textos e apresentação de trabalhos. Noções básicas de metodologia científica e de boas práticas na utilização de computadores.		computadores para a edição de textos, cálculos em planilhas, criação de apresentações, pesquisa na internet e acesso a correio eletrônico.	em planilhas eletrônicas e criação de apresentações. Navegação web, fontes formais de pesquisa na internet e uso de correio eletrônico. Normas técnicas para edição de textos e apresentação de trabalhos. Noções básicas de metodologia científica e de boas práticas na utilização de computadores.
--	---	---	--	--	---

**Migração de Matriz Curricular- Componentes Equivalentes
2º semestre**

Justificativa e menção das alterações realizadas:

2º semestre:

As disciplinas Enfermagem Médica e Enfermagem Cirúrgica foram agrupadas no componente curricular Enfermagem Médico-cirúrgica, bem como as disciplinas de estágio correspondentes, agrupadas no componente curricular Estágio em Enfermagem Médico-cirúrgica. A disciplina de LIBRAS, agora componente curricular, foi mantida como na matriz curricular anterior.

Componente Curricular Anterior			Componente Curricular Atual		
Denominação do Componente	Objetivo	Ementa	Denominação do Componente	Objetivo	Ementa
Enfermagem Médica		Patologia geral: conceitos fundamentais. Reação do organismo frente	Enfermagem Médico-cirúrgica	Habilitar o discente para prestar a assistência de enfermagem ao	Organização, estrutura e funcionamento das unidades de clínica

		<p>a agressores físicos, químicos ou biológicos: processos patológicos gerais. Estudo das principais doenças com ênfase no acompanhamento pela enfermagem. Assistência de Enfermagem ao cliente adulto em situações de internação hospitalar.</p>		<p>ser humano, enfocando a fisiopatologia e as afecções dos sistemas, suas causas, tratamento, bem como os cuidados no período perioperatório gerais e específicos.</p>	<p>médica, clínica cirúrgica, centro cirúrgico, sala de recuperação pós-anestésica e centro de material e esterilização. Estudo das principais patologias clínicas e tratamentos cirúrgicos no ambiente hospitalar, com ênfase nos cuidados de enfermagem. Estudo do período perioperatório e do processo de trabalho em centro cirúrgico.</p>
Enfermagem Cirúrgica		<p>Assistência de enfermagem ao cliente adulto em situações de internação hospitalar em unidade cirúrgica. Assistência de enfermagem pré-trans e pós-operatória.</p>			
Estágio Supervisionado em Enfermagem Médica		<p>Aplicação, em unidades hospitalares, dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes com patologias essencialmente clínicas. Ações</p>	Estágio em Enfermagem Médico-cirúrgica	<p>Prestar a assistência de Enfermagem ao ser humano nas afecções clínicas e nos tratamentos cirúrgicos.</p>	<p>Assistência integral e humanizada de enfermagem ao ser humano com afecções clínicas e nos tratamentos cirúrgicos,</p>

		educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.			respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança.
Estágio Supervisionado em Enfermagem Cirúrgica		Aplicação, em unidades hospitalares, dos procedimentos didáticos adquiridos nas aulas teóricas junto a pacientes/clientes com patologias essencialmente cirúrgicas. Ações educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.			
Libras	Contribuir para a geração de conhecimentos e para a formação de pessoal qualificado de modo que, mediante o ensino da Libras, possam ter conhecimentos acerca da singularidade linguística, cultural e política da Comunidade Surda, levando a refletir sobre o papel da língua na vida dos surdos e nos espaços de interação entre	Introdução ao aprendizado da LIBRAS; Desafios na comunicação de pessoas surdas no contexto da saúde; Recursos Linguísticos para a comunicação: alfabeto e números; Cultura e Identidade Surdas; Expressões faciais e corporais na comunicação em LIBRAS; Introdução ao vocabulário de	Libras	Contribuir para a geração de conhecimentos e para formação de pessoal qualificado de modo que, mediante o ensino da Libras possam ter conhecimentos acerca da singularidade linguística, cultural e política da Comunidade Surda, levando a refletir sobre o papel da língua na vida dos surdos e nos espaços de interação entre	Introdução ao aprendizado da LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Desafios na comunicação de pessoas surdas no contexto da saúde; Recursos Linguísticos para a comunicação: alfabeto e números; Cultura e Identidade Surdas; Expressões

	surdos e ouvintes, particularmente no ambiente da saúde.	LIBRAS; Introdução aos classificadores em LIBRAS; Introdução à conversação em LIBRAS.		surdos e ouvintes, particularmente no ambiente da saúde.	faciais e corporais na comunicação em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução ao vocabulário de LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução aos classificadores em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS; Introdução à conversação em LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.
--	--	---	--	--	---

**Migração de Matriz Curricular- Componentes Equivalentes
3º semestre**

Justificativa e menção das alterações realizadas:

3º semestre:

As disciplinas Enfermagem na Saúde da Mulher e Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente foram agrupadas no componente curricular Enfermagem Materno infantil, bem como os estágios correspondentes a essas disciplinas, agrupados no componente curricular Estágio em Enfermagem Materno infantil. As disciplinas Enfermagem em Saúde Coletiva 1 e o estágio correspondente, agora componentes curriculares, foram mantidos como na matriz curricular antiga, com alterações nos objetivos e nas ementas. A disciplina de Enfermagem em Saúde Coletiva 1, como componente curricular, passa a ser designada Enfermagem em Saúde Coletiva, e a disciplina Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva 1, como componente curricular, passa a ser designada Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva.

Componente Curricular Anterior			Componente Curricular Atual		
Denominação do Componente	Objetivo	Ementa	Denominação do Componente	Objetivo	Ementa
Enfermagem em Saúde Coletiva I		O processo saúde e doença. Indicadores de	Enfermagem em Saúde Coletiva	Habilitar o discente para atuar nos serviços de saúde, em	Noções sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e

		saúde e indicadores sociais. Perfil de saúde da população brasileira, do RS e do Município do Rio Grande. Enfermagem em saúde coletiva: situação atual e perspectivas. Doenças preveníveis por vacinas. Agentes imunológicos e Programa Nacional de Imunização.		conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Atenção Básica.	suas legislações. Noções de epidemiologia geral e regional, e dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. Indicadores de saúde e indicadores sociais. Perfil de saúde da população brasileira, do estado do Rio Grande do Sul e do Município do Rio Grande. Estudo das doenças preveníveis por vacinas e das vacinas que compõem o calendário da criança, do adolescente, do adulto, da gestante e do idoso. Educação Ambiental.
Enfermagem na Saúde da Mulher		A mulher na sociedade contemporânea. As diretrizes de governo e os programas regionais de atendimento à mulher. Cuidados de enfermagem em unidades de saúde ambulatorial e hospitalar. As doenças sexualmente transmissíveis	Enfermagem Materno-infantil	Habilitar o discente para prestar assistência de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher durante o ciclo da vida, nos diferentes sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais possam estar inseridos.	Estudo do processo saúde-doença da criança, do adolescente e da mulher como ser bio-psico-socio-cultural. Estudo do planejamento reprodutivo. Estudo sobre a gestação, pré-natal, parto e puerpério. Estudo do crescimento e desenvolvimento

		<p>(DST) como problema de saúde pública. Conceitos teóricos básicos sobre o funcionamento do aparelho reprodutor masculino e feminino. As diferentes dimensões da epidemia da infecção pelo HIV e da AIDS: cultural, social, política, médica e econômica. Ações de Enfermagem no controle das DST e do HIV/AIDS. Métodos contraceptivos e de detecção de gravidez (invasivos e não invasivos). Ciclo gravídico-puerperal.</p>			<p>o infantil e juvenil. Abordagem das diferentes formas de violência com a criança, o adolescente e a mulher.</p>
<p>Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente</p>		<p>Problemática de saúde da criança e do adolescente. Determinantes da morbimortalidade infanto-juvenil. Programas de atenção à saúde da criança e do adolescente. Características do RN a termo. Cuidados com o RN. Aspectos nutricionais. Crescimento e desenvolvimento. Saúde mental da criança e do adolescente, agravos e riscos à</p>			

		saúde deste grupo. Prevenção de acidentes na infância. Violência infantil e criança com necessidades especiais. Procedimentos de enfermagem em pediatria. Estatuto da criança e do adolescente.			
Estágio Supervisionado em Obstetrícia		Demonstração e execução dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes . Ações educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.	Estágio Supervisionado em Enfermagem Materno-infantil	Prestar a assistência de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher durante o ciclo da vida, nos diferentes sistemas sociais, econômicos e culturais nos quais possam estar inseridos.	Assistência integral e humanizada de enfermagem à criança, ao adolescente e à mulher, no ambiente intra e extra hospitalar, respeitando os princípios científicos, bioéticos e de biossegurança. Ações educativas em saúde.
Estágio Supervisionado em Pediatria		Demonstração e execução dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes . Ações educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.			
Estágio supervisionado em Saúde Coletiva 1		Demonstração e execução dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes	Estágio supervisionado em Saúde Coletiva	Prestar a assistência de enfermagem sistematizada na prevenção, promoção, manutenção e	Assistência de enfermagem integral e humanizada ao ser humano,

		. Ações educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.		recuperação do ser humano, família e comunidades, a partir do conhecimento dos determinantes e condicionantes do processo saúde/doença/cuidado .	família e comunidade com enfoque nas práticas de saúde coletiva, no contexto do SUS. Ações educativas em saúde.
--	--	---	--	--	---

**Migração de Matriz Curricular- Componentes Equivalentes
4º semestre**

Justificativa e menção das alterações realizadas:

4º semestre:

A disciplina Noções de administração dos Serviços de Saúde terá seus conteúdos distribuídos nos componentes curriculares pertinentes ao longo de todo curso, conforme os locais de estágio e conforme a abordagem do ser humano predominante nos semestres. As disciplinas Assistência de Enfermagem em Saúde Mental e Enfermagem em Saúde Coletiva II foram agrupadas no componente curricular Enfermagem em Saúde Mental e Coletiva, bem como os estágios correspondentes a cada uma destas disciplinas, agrupados no componente curricular estágio de Enfermagem em Saúde Mental e Coletiva. A disciplina Enfermagem em Urgência e Emergência e o estágio correspondente foram mantidos como componentes curriculares do quarto semestre, com alterações nos objetivos e nas ementas.

Componente Curricular Anterior			Componente Curricular Atual		
Denominação do Componente	Objetivo	Ementa	Denominação do Componente	Objetivo	Ementa
Noções de Administração dos Serviços de Enfermagem		Filosofia, estrutura organizacional e metodologia do planejamento em instituições de saúde. Teorias administrativas. Cálculo de pessoal,			

		<p>recrutamento, seleção, admissão, acompanhamento e avaliação de pessoal de enfermagem. O trabalho de Enfermagem. Formas de gestão do trabalho e do conhecimento organizacional e institucional. Qualificação e capacitação de pessoal. Relação trabalho e saúde. A mulher, o trabalho de enfermagem e a sociedade. Mercado de trabalho. O trabalho interdisciplinar em saúde.</p>			
Enfermagem em Saúde Coletiva II		<p>História natural da doença. Níveis de prevenção de Leavel e Clark. Saneamento básico. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Sistema Único de Saúde. Programas de Atenção Básica. Educação em Saúde. Estratégia Saúde da Família. Epidemiologia. Programas do Ministério da Saúde. Visita Domiciliar.</p>	Enfermagem em Saúde Mental e Coletiva	Habilitar o discente para atuar nos serviços de saúde mental e coletiva em conformidade e com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, da Atenção Básica e da Reforma Psiquiátrica Brasileira.	Estudo da legislação do Sistema Único de Saúde, Atenção Básica à Saúde e Reforma Psiquiátrica Brasileira. Organização, estrutura e funcionamento da rede de saúde mental e coletiva nas esferas local, regional, estadual e federal. Noções de administração dos serviços de saúde. Estudo do cuidado do ser humano, da família e das comunidades no território, através das práticas de prevenção,

					promoção, manutenção e recuperação. Estudo das demandas dos serviços de saúde mental e coletiva, com enfoque no cuidado holístico do ser humano, abrangendo as patologias e outras necessidades de saúde. Culturas afrobrasileira e indígena.
Assistência de Enfermagem em Saúde Mental		Enfermagem e reabilitação. A pessoa ajustada e a desajustada socialmente. O Homem em crise. Principais distúrbios psiquiátricos. Diagnóstico da situação. Problema de integração psicossocial. Estigma social. Intervenções de Enfermagem. Avaliação da ajuda aos clientes. Situações humanas com dificuldade de integração psicossocial. Ajuda às pessoas e às famílias. Diagnóstico das situações práticas relacionadas à clientela. Variáveis ligadas a dificuldades de integração psicossocial.			
Enfermagem		O adulto em	Enfermagem	Habilitar o	Estudo da Política

em Urgência e Emergência		situação de risco. Assistência de enfermagem ao adulto com doenças infectocontagiosas . Assistência de enfermagem nas unidades de emergências. Assistência de enfermagem no centro de tratamento intensivo. Procedimentos de enfermagem com o adulto em situação de risco.	em Urgência e Emergência	discente para prestar assistência de enfermagem ao ser humano em situação de urgência e emergência pré e intra-hospitalar.	Nacional de Atenção às Urgências e à Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Noções de administração dos serviços de saúde. Abordagem do atendimento pré-hospitalar com enfoque no suporte básico de vida. Abordagem do atendimento intra-hospitalar com enfoque no suporte avançado de vida ao ser humano com alterações: clínicas, cardiorrespiratórias , traumatológicas, cutâneas, psiquiátricas, obstétrica materno-infantil.
Estágio Supervisionado em Saúde Mental		Aplicação dos conhecimentos teóricos e teórico-práticos de Enfermagem na promoção da saúde mental.	Estágio de Enfermagem em Saúde Mental e Coletiva	Prestar a assistência de enfermagem sistematizada na prevenção, promoção, manutenção e recuperação do ser humano, da família e das comunidades.	Assistência de enfermagem ao ser humano, à família e à comunidade com enfoque nas práticas de saúde mental e coletiva. Realização de ações educativas em saúde.
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva II		Demonstração e execução dos procedimentos didáticos com os pacientes/clientes em unidades que trabalham com a			

		abordagem Estratégia Saúde da Família. Ações educativas em saúde. Momento de aplicação direta dos conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.			
Estágio Supervisionado em Urgências e Emergências		Momento em que o discente aplica todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, atuando diretamente com pacientes em situações de gravidade extrema.	Estágio Supervisionado de Enfermagem em Urgência e Emergência	Prestar assistência de enfermagem ao ser humano em situação de urgência e emergência.	Assistência de enfermagem integral e humanizada ao ser humano em situação de urgência e emergência, respeitando os princípios científicos, bioética e de biossegurança.